

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS

CAMPUS V — CAJAZEIRAS - PB.

Relatório das Atividades Desenvolvidas no ensino de: 1º Grau.

CURSO DE PEDAGOGIA — HABILITAÇÃO:

Supervisão Escolar

LOCAL DO ESTÁGIO

Escola Estadual Sr. Jesus Pedro Américo

ANO 1986

PERÍODO 86.2

"Participamos da formação do futuro na medida da nossa capacidade de conceber e corresponder a novas possibilidades, trazê-las para fora de nossa imaginação e pô-las concretamente em prática".

ROLLOMAY

ESTAGIÁRIA:

Edileuza Casaca Jo. Amador

RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE A 1ª, 2ª e 3ª ETAPA  
DO PERÍODO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SUPERVISÃO ESCOLAR.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
CAMPUS V CAJAZEIRAS-PB, 17 DE DEZEMBRO DE 1986.  
CURSO: PEDAGOGIA - PERÍODO / VII  
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SUPERVISÃO ESCOLAR

ORIENTADORA DO ESTÁGIO:  
MARIA ELISABETE GALBERTO DUARTE

COORDENADORA: *do curso de Pedagogia.*  
JOSEFA MARTINS BIANCHI

LOCAL DO ESTÁGIO:  
ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU PEDRO AMÉRICO

DIRETORA:  
EDNA MARLOWA CARTAXO

ALUNA ESTAGIÁRIA:  
EDILEUDA CASUZA DE ARRUDA

*Obs: Média Geral do Estágio 8,5  
Professora Orientadora  
Maria Elisabete Galberto Duarte  
Cajazeiras 04/10/1986. 187.  
— x — Jm.*



PREITO DE GRATIDÃO

Aqueles que contribuíram para o meu êxito como educadora, aos meus pais, professores, amigos e colegas, deixando marcas produtivas de uma profunda amizade, a todos abraço ao fim da Jornada, com sincero sentimento neu eventual mérito.

AOS QUE FICAM

Ao sair desta Universidade deixo para vocês amigos e professores o meu exemplo e levo a saudade, e como compensação tendo a certeza de que serei sempre lembrada.

AOS MEUS PAIS

De vós recebi a vida e o estímulo que me conduziu a escola. Devolvo hoje, não na forma de apenas a conclusão de III grau, mas como prova de gratidão em permitir a minha estrutura física e cultural neste mundo tumultuado que procuro abrandar por isso, o galardão é mais vosso do que meu.

MENSAGEM DE OTIMISMO



Em uma longa caminhada existem passos espinhosos que sempre buscam a fragilidade do ser humano, mas não desista se é que vale a pena, seja forte e superador.

Se desejas um futuro brilhante procure quebrar as interversões que sempre visam impedir ou eliminar os acontecimentos reais.

Há inúmeras transformações inútil no nosso dia a dia, para tudo existe solução, primeiramente tente mudar sua própria mentalidade se queres obter produção.

Gradativamente se percebe a maneira errônea e imatura de certas pessoas, tentando subordinar toda humanidade diante às corrupções, mas você é você grite forte diante dos perigos.

Estagiária

Edileuda Casuza de Arruda



✓

SUMÁRIO

1. OBJETIVO GERAL.....	06
2. INTRODUÇÃO.....	07
3. DESENVOLVIMENTO.....	08
4. CONCLUSÃO.....	10
4.1- PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS.....	11
4.2- SUGESTÕES.....	12
5. BIBLIOGRAFIA .....	13
6. ANEXOS .....	16
Nº 01.....	17
Nº 02.....	20
Nº 03.....	44



## OBJETIVO GERAL

- Possibilitar ao estagiário pôr em prática todo seu conhecimento teórico na experiência prática em função da classe docente e discente com o pensamento voltado à desenvolver sua habilidade como profissional em cima dos principais problemas que estão enserido e tentar amenizá-los com o desenrolar de atividades pedagógicas, política pertinente ao processo ensino-aprendizagem.

## INTRODUÇÃO



O mencionado trabalho por exigência do Estágio Supervisionado em Supervisão Escolar, foi essencial por em prática as atividades individuais e em conjunto na Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo, com carga horária de 180 hs, estruturado em três momentos tais como: o 1º "a fase de observação", o 2º "atuação em sala de aula", o 3º "execução como especialista em educação", tendo em vista o objetivo primordial desenvolver atividades em cima das deficiências detectadas neste período nos seguintes aspectos: no ensino docente, na leitura, interpretação e escrita discente.

As atividades aplicadas e desenvolvidas foram: Observação geral em aulas dos professores de pré-escolar e 1ª série de 1º grau, para tomar conhecimento ocular da realidade profissional. Realização de técnicas, jogos de leitura para facilitar a aprendizagem discente, análise dos planos de ensino, estudo de textos, efetuação de questionários, reuniões, debates, elaboração da implementação do plano de ação, integração da comunidade na escola.

A metodologia utilizada no período de experiência em longo do curso, com especificidade no Estágio Supervisionado se faz necessário um trabalho dinâmico, integral, cooperativo e consciente envolvendo toda clientela da escola como também pais de alunos, tentando com essa junção reduzir o índice de problema enumerado que se acentua na mesma e desenrolar tarefas úteis e coerentes com as necessidades desta instituição. O momento de vivência favorece e oportuniza ao alunado estagiário exercer sua potencialidade em torno do conhecimento teórico voltado à realidade prática ampliando a habilidade como supervisor inovador onde faz com que os mesmos se sintam um profissional em EDUCAÇÃO.

## DESENVOLVIMENTO

A percepção individual sobre a educação deve ser vista como um processo de suma importância para o indivíduo exercendo influência relevante para a nossa adaptação ao meio ou seja em todos os aspectos. Um dos objetivos primordiais da mesma é preparar o homem para a vida, essa atividade possibilitará um espaço amplo para o acesso do indivíduo na sociedade.

A grande significância do estágio nos dá condições ou seja oportuniza a conhecer a realidade geral da Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo, a realizar experiências possibilitando a desenvolver trabalhos individuais e em conjunto com o envolvimento participativo da clientela escolar e comunidade. O sucesso das tarefas efetuadas se deu mais em torno da classe docente e discente, devido a permanência alargadora de deficiência no processo ensino-aprendizagem.

No primeiro momento se observou o objetivo da aula, assunto, planejamento, domínio do professor, existência de livro texto e alunos problemáticos em sala de aula, nível de aprendizagem e preocupação docente em avaliar o conhecimento da turma. Neste período procurei conhecer melhor e ajudar a aluna considerada em situação problema, a mesma é portadora de sério caso demonstrando com parcialidade imaturidade no comportamento, sua coordenação motora ainda está em fase de desenvolvimento sentindo dificuldade em assinalar o que se pede, mas graças ao meu interesse em termos de atividades consegui deixá-la escrevendo quase que corretamente. Nesta fase foi registrada restrita falha na metodologia de ensino no que se refere a castramento na criatividade do aluno com a inexistência de prática de desenho livre, esclarecendo a situação a professora obriga os mesmos a fazerem cópias de livros ou mesmo imitar pelo quadro. Não deixando de colocar a permanência com grande frequência de autoritarismo no tocante ao tratamento para com os discentes, outro ponto registrado é reduzida dificuldade em leitura.

O segundo momento se deu com a realização de aulas práticas em prol das necessidades constatadas durante a fase de observação, com elaboração de planos semanais, usando métodos claros, adequados para o aspecto do aprender com o intuito de suprir em grande parte a situação da turma. Incluindo de mesma forma a comemoração do dia das crianças promovida por estagiária e professora com sorteio de brindes tais como: camiseta, porta-escova infantil e sabonetes, manifestações apresentadas foram: poesia, música e dança mensagem à criança.





✓

Quanto ao movimento de atuação como especialista, foi posta em prática atividades dentro da nossa área, ou seja, referente a profissão a qual optamos realmente. As tarefas desempenhadas são: reunião debate, estudo de texto, aplicação de questionário com professores, alunos, parte administrativa e comunidade, elaboração da implementação do plano de ação, análise dos planos de ensino, onde foi comprovado a coerência e a auto-capacidade da professora em trabalhar em busca da realidade dos alunos, porque é importante em educação não é só apenas teorizar, copiar idéias, já usadas por alguém e sim trabalhar com o dia a dia, cada realidade é um momento único que necessita de solução adequada ao problema do aluno e do professor com transformação de modelos feitos por idéias novas que venha a movimentar o ambiente, favorecer o pensamento de forma a estimular a educação criativamente, visando sempre o nascer de uma nova geração de acordo com seu contexto.

## C O N C L U S Ã O

O período de estágio facultou em larga escala um aprimoramento na teoria com a execução de atividades práticas, demonstrando assim a continuidade construtiva pela nossa profissão, tendo em vista situações apresentadas nas instituições de ensino, tentar superar fatos que implicam e afetam com grande frequência, onde devemos nos manter firmes e dispostos para encarar e enfrentar as dificuldades que constantemente estão inseridas na educação. A mesma engloba o homem como ser vivo, membro integrante da sociedade, produtor e modelador dela, como organismo vivo consequente de um processo biológico, ser livre e independente para pensar e criar, ser que sempre está buscando e tentando melhores condições de vida e, em fim, como membro criado e desenvolvido entre outros que se identificam e se diferenciam dentro de um plano psicológico abrangente.

É desta forma ou melhor, dentro destes contextos e fases, que a educação fundamenta-se e envolve um todo plano pensado pelo homem. Acreditamos firmemente que a função da educação deve estar dirigida a orientar o homem, fazê-lo pensar o mundo e a si mesmo para que descubra, desvele, como sujeitas de uma história social nova,

A educação como se sabe sempre funciona apresentando diversas falhas onde as mesmas estão mais dirigidas no ensino de 1º grau devido a contratação de inúmeras pessoas não qualificadas atuando nesta área, se percebendo a partir de vivência que se tem numa instituição escolar, mostrando obviamente a realidade desvantajosa para a despreparação ou seja aprendizagem não eficiente do aluno, que vai implicar durante todo processo do aprender, demonstrando deficiência continuamente na escrita e na leitura. Pois sabemos que o 2º e 3º grau não corrige ou amplia situação considerada problemática denominada básica trazida desde o início de escolaridade. A princípio tudo deveria ser feito, ou introduzido a partir dos primeiros anos de estudo, assim seria em parte a solução da ineficiência e não deixar o acesso de pessoas incompetentes jogado no setor de responsabilidade e compromisso.

Vale ressaltar que o espaço destinado ao estágio obteve por excelência um resultado positivo não só no sentido de oportunidade a prática de atividades como também a possibilidade de troca de experiência com todos envolvidos com o processo ensino-aprendizagem desta referida escola e comunidade.



✓  
PONTOS POSITIVOS



- Boa receptividade da direção e de todos que atuam nesta escola.
- Oportunidade de aquisição de experiência prática juntamente com o corpo docente, discente, diretoria.
- Espaço oferecido para a vivência dos problemas que sempre estão inserido nas escolas.
- Possibilidade de por em prática o acúmulo de teoria recebida durante todo curso.
- Produção no decorrer de todo o estágio.

PONTOS NEGATIVOS

- Distribuição das modalidades de estágio não satisfatório.
- Deflagração da greve no período de estágio, impedindo assim um melhor acompanhamento dos professores orientadores.
- Redução de professores orientadores para a organização e produção do estágio, sobrecarregando os mesmos e impossibilitando que haja um maior preparo para o período.



## SUGESTÕES

- Que o período destinado a fase de observação em sala de aula seja apenas durante dois dias, com duração de 8:00 hs de atividades.

- O momento de atuação como docente se realize somente em uma semana, com o total de 20:00 hs / Aula.

- A etapa determinada para a execução como especialista em Supervisão **Escolar** seja, realizado no decorrer de um período mais longo, com 152 hs para que nos oportunize a desenvolver um trabalho voltado mais para a nossa área ou seja profissão.



✓

B I B L I O G R A F I A S

FREIRE, Paulo in - Pedagogia do Oprimido , 11ª ed.  
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982

RODRIGUES, Neidson . Por uma Nova Escola. 9

STARRSTT, Sergiovanni. Novos padrões de Supervisão Escolar,  
Edição da Universidade de São Paulo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS

CAMPUS V CAJAZEIRAS-PB, 17 DE DEZEMBRO DE 1986.

CURSO: PEDAGOGIA - PERÍODO = V I I

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SUPERVISÃO ESCOLAR

ORIENTADORA DO ESTÁGIO:

- Maria Elisabete Galberto Duarte

COORDENADORA DO CURSO:

- Josefa Martins Bianchi

LOCAL DO ESTÁGIO:

- Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo

✓

A N E X O S



RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE  
OBSERVAÇÃO.



✓



A N E X O    N º    0 1

Universidade Federal da Paraíba.  
 Centro de Formação de Professores.  
 Departamento de Educação e Letras.

Curso: Pedagogia. Período: VII

Disciplina: Estágio Supervisionado de Supervisão Escolar.

Professor Orientador: Mania Elizabeth Galbento Duarte



FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR

Escola: Escola Estadual de Li Gusa Pedro Américo

Diretora: Edna Marlôvia Cantaro

Supervisora: \_\_\_\_\_

Estagiária: Edilene Souza de Azevedo

Data	Hora		Atividade(s) Realizada(s).	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
05/09/86	13:00hs	14:00hs	Observação na metodologia de ensino do professor.	Calhorda	Abelix
09/09/86	13:00hs	14:00hs	Continuação da observação na metodologia docente.	Calhorda	Abelix
04/09/86	13:00hs	14:00hs	Observação na postura do corpo docente e no plano docente.	Calhorda	Abelix
08/09/86	13:00hs	14:00hs	Continuação na observação de postura docente e no plano docente.	Calhorda	Abelix
09/09/86	13:00hs	14:00hs	Observações no aspecto do aprender do aluno e interesse da turma.	Calhorda	Abelix
15/09/86 16/09/86	13:00hs 13:00hs	14:00hs 14:00hs	Observações na expressão lógica do assunto na aula prática.	Calhorda	Abelix
19/09/86	13:00hs	14:00hs	Observações na postura do aluno e a preocupação docente com a turma.	Calhorda	Abelix
22/09/86	13:00hs	14:00hs	Observações na importância dos conteúdos aplicados e seu feedback.	Calhorda	Abelix

FICHA DE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

Nome da instituição: Escola Estadual de 1º grau Pedro Américo

Localização: No Centro da cidade, vizinha a sede do Juízo

Série(s) observada(s): 1ª série

Data: 01/09/ a 22/09/86

Nome do Professor: Julia Fernandes Barreto

Aluno(a) Estagiário: Edilene Bezerra de Amorim

Objetivo(s) da aula: Reconhecer a adição, leitura de palavras e texto.

Identificar os sons que tem visto. Disputar o gosto pela profissão de ensino através de técnicas. Mostrar as diferenças dos animais.

Assunto: Adição; leitura, sons visor; Técnica do aluno fazer o papel do professor

Planejamento da aula: (plano do professor) O planejamento mostra obviamente a preocupação dos seus aspectos discursivos, estruturando assim para a produtividade no processo ensino-aprendizagem das mesmas, generalizando os dois aspectos bem como: leitura e escrita.

Desempenho do professor no domínio do conteúdo trabalhado. O desempenho da professora é bastante satisfatório, seguro e claro. Dominando muito bem o conteúdo programado e aplicado. Impugnando meios e técnicas para o atendimento da turma nos objetivos escolares.

Relacionamento professor-aluno. O relacionamento é integrativo, participativo e cooperativo, tornando benéfico ao aluno, estimulando para o rendimento na aprendizagem discursiva e disputando o gosto pelo estudo.

Participação do aluno durante a aula. O corpo discente participa ativamente das aulas e atividades, são interessados e inteligentes, sempre buscam saber as coisas detalhadamente assimilando os assuntos com muita facilidade.

Metodologia utilizada pelo professor: A metodologia utilizada pela professora é coerente e satisfatória, embora não ser completamente perfeita, pois existem algumas falhas no modo de se expressar, como também a existência de constrangimento no que diz respeito ao quietude do aluno através de desenho não livre e outras considerações em se limitar muito ao livro didático.



Existência e uso do livro-texto. As crianças em novo tempo  
Castilho Alfabetização matemática

Existência de alunos problemáticos em sala de aula. Existem há  
alunos que se mostram deficientes ou seja a proficiên-  
zagem muito lenta, principalmente na leitura  
não responde de forma para a interpretação da mesma.  
 Nível de aprendizagem dos alunos.

Se percebe que os alunos são portadores de um  
nível de aprendizagem elevado onde se constata que  
os mesmos são amadurecidos em todos os aspectos.

Preocupação em avaliar a aprendizagem dos alunos.

A professora tem uma preocupação tamanho se ligando  
muito ao ser mais qualitativa. Suas aulas, sempre bus-  
ca mais coerente e produtiva para avaliar os alunos  
acompanha integralmente o processo ensino-aprendizagem durante

Obs.: Que aspectos você observou além dos supracitados?

O aspecto indisciplina dos alunos me chamou muito atenção onde  
se percebe que essas crianças são carentes de diálogo e orientações  
familiares. Outra coisa foi a adaptação da criança ao grupo. Costu-  
meiramente que há todo o espaço de diálogo com o uso do método  
tradicional praticado pelo professor, levando o aluno a entender o silêncio  
através de expressões frustradoras.

Equipe de Estágio.

LFS/AGO/86.

FICHA DE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

Nome da instituição: Escola Estadual Jo. Lúcio de Jesus América

Localização: no centro da cidade vizinha a sede do Grêmio Artístico

Série(s) observada(s): 1º ano - turmas

Data: 01/09 a 22/09/10

Nome do Professor: Leizinha Andriana

Aluno(a) Estagiário: Edilene Luzia P. Almeida

Objetivo(s) da aula: Reconhecer figuras e palavras com exposições no quadriculário. Distinguir palavras através de desenhos. Formar frases através do mesmo e também com figuras.

Assunto: Reconhecer figuras e palavras, distinguir palavras, formação de frases.

Planejamento da aula: (plano do professor) O planejamento tem a característica de ser concreto, com muita a visualização através do desenho diante a turma de aprendizagem direta. Não deixando de existir portanto a construção para o aluno através de exercícios

desempenho do professor no domínio do conteúdo trabalhado. O desempenho da professora é seguro e claro facilitando em grande parte a aprendizagem e aprendizagem direta. Estimulando assim o gosto pelo estudo.

Relacionamento professor-aluno. O relacionamento entre professor e aluno é excelente que seja interativo cooperativo e participativo, com a existência de autoritarismo e com a prática de atenção e dedicação.

Participação do aluno durante a aula. no decorrer de toda aula com boa atividade, os alunos participam interativamente, sendo pedindo as palavras plausíveis e aplicadas. Os mesmos mostram interesse aprendizagem, não basta por não ativos e inteligentes.

Metodologia utilizada pelo professor: A metodologia utilizada é participativa com grande número de atividades aplicadas, embora não deve existir alguns aspectos negativos bem como na parte de explicações diante e também na maneira de trabalhar com desenhos, a mesma não faz com que o aluno desfrute plenamente e sim permitindo ao aluno fazer coisas imperceptíveis para a sua criatividade.

✓  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS

CAMPUS V CAJAZEIRAS-PB, 17 DE DEZEMBRO DE 1986.

CURSO: PEDAGOGIA = PERÍODO = V I I

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SUPERVISÃO ESCOLAR

ORIENTADORA DO ESTÁGIO:

- Maria Elisabete Galberto Duarte

COORDENADORA DO CURSO:

- Josefa Martins Bianchi

LOCAL DO ESTÁGIO:

- Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo





RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE  
ATUAÇÃO COMO PROFESSOR.



ANEXO N.º 02





PLANOS DE AULA

✓  
P L A N O S    S E M A N A I S

ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU PEDRO AMÉRICO

SÉRIE = 1ª - TURNO= TARDE - TURMA ÚNICA - ATIVIDADE

CARGA HORÁRIA - 60:hs / Aula

PROFESSORA ESTAGIÁRIA:

EDILEUDA CASUZA DE ARRUDA

O B J E T I V O    G E R A L

= Oferecer aos alunos da 1ª série melhores condições de aprendizagem sobre o processo de leitura e escrita através de atividades coerente com as necessidades da turma, tentando amenizar as deficiências apresentadas nesta referida série.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	METODOLOGIA	AVALIAÇÃO	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
-Estudar progressivamente o aspecto do ler. -Reconhecer os animais úteis ao homem.	-Leitura de palavras, textos e frases. -Animais úteis ao homem e semelhança.	-Utilizando técnicas claras através de figuras e gráficos expostos no quadro em palavras, frase e textos.	-Verificação na aprendizagem e participação do aluno nas atividades escritas e orais como também sua formulação de questionários	- FILHO, Lourenço-Série de Leitura Guia do Mestre-Cartilha 1º Volume Edições Melhoramentos-S.Paulo. - MARQUES, Yolanda-A mágica do Aprender Livro Integrado-1ª Serie.
-Analisar o desempenho do aluno. -Verificar quantidade numérica.	-Reconhecimento de palavras, frases, separação de sílabas. -Fatos fundamentais: adição.	-Expondo palavras e frases no quadro, com uso de cartaz. Desenho livre, frase formada pelos alunos, técnica de palavras. -Desenhando para distinguir as quantidades.		
Aplicar formação de palavras e frase. Conversar informalmente sobre família.	-Formação de palavras e frases. -Família.	-Formando palavras através das mesmas incompletas, com objetos e com o próprio aluno. -Usando cartaz para aula expositiva.		
Reforçar a compreensão do sentido funcional das sílabas na composição das palavras. Explicar o uso da higiene corporal.	-O uso funcional de palavras e frases. -Higiene corporal.	-Aplicando palavras com diversas sílabas, técnica jogo das mesmas. -Mostrando a importância da higiene através de exposição escrita no quadro e cartaz.		
Esclarecer o sentido da formação de frase. Despertar a criatividade do aluno através do desenho livre.	-O sentido funcional da formação de frase. -Desenho criativo.	-Analisando técnicas por meio de desenho exposto no quadro para formação de frase. -Contando história, posteriormente		

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	METODOLOGIA	AVALIAÇÃO	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
<p>Reconhecer no cartaz os sinais de pontuação. Identificar palavras através da técnica pescar palavras. Explorar os tipos de alimentos.</p>	<p>-Sinais de pontuação. -Reconhecimento de palavras começadas com CH. -Tipos de Alimentos: animal e vegetal.</p>	<p>-Utilizando cartaz para facilitar a aprendizagem sobre os sinais de pontuação e técnica para o reconhecimento de palavras.</p>	<p>-Análise do nível de aprendizagem do aluno, através de atividades escritas e orais, questionários envolvendo o desempenho na leitura e criatividade por meio de desenho livre, como também construção de trabalhos de arte.</p>	<p>-FILHO, Lourenço-Serie de Leitura Guia do Mestre-Cartilha 1º volume Edições melhoramentos-S.Paulo.  -MARQUES, Yolanda-A Mágica do Aprender Livro Integrado - 1ª serie.</p>
<p>Permitir ao aluno a estruturação de frases. Verificar o nível de aprendizagem do aluno sobre fatos fundamentais (adição).</p>	<p>-Estruturação de frases. -Fatos fundamentais: adição.</p>	<p>-Permitindo ao aluno a estruturação de frases com desenhos, palavras desorganizadas. -Aplicando pequenos problemas e somas através de figuras.</p>		
<p>Mostrar a importância da higiene na alimentação. Estudar o emprego dos encontros vocálicos.</p>	<p>-Higiene alimentar. -O emprego dos encontros vocálicos nas palavras com CH e X.</p>	<p>-Mostrando a importância da higiene através de conversa informal e cartaz. -Aplicando diversas palavras, treino ortográfico, ditado, ligação de palavras.</p>		
<p>Fazer com que o aluno conheça os meses do ano, dias e semanas. Efetuar trabalhos de arte com ampliação de quadros.</p>	<p>-Meses do ano, dias e semanas. -Trabalho com material sucata.</p>	<p>-Expondo gráficos com os meses, dias e semanas. -Usando material sucata tais como: cola, revista, tesoura, latas, palitos.</p>		
<p>Deixar que o aluno crie poesias. Dar continuidade ao trabalho de arte.</p>	<p>-Criação de poesias. -Trabalho com material sucata.</p>	<p>-Deixando que o aluno através de frases crie poesias. -Trabalhando com material sucata para a criatividade discente.</p>		

## 3ª SEMANA

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	METODOLOGIA	AVALIAÇÃO	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
Esclarecer informalmente sobre alimentos, animais, vegetais e minerais. Perceber o desempenho do aluno na escrita correta.	-Fontes de alimentos. -Auto-ditado, treino ortográfico, palavras com X.	-Utilizando cartaz, no quadro. -Aplicando ditado de frase através de figuras, treino ortográfico envolvendo palavras escritas com X.	-Verificação no aluno em dois aspectos: no ler e no escrever corretamente, como também a participação	-FILHO, Lourenço-Serie de Leitura Guia do Mestre-Cartilha 1º Volume Edições Melhoramentos-S.Paulo
Conversa informal sobre instituição escolar. Mostrar o emprego dos encontros vocálicos com letras M e N.	-A escola. -Encontro vocálico das letras M e N.	-Explicando o assunto com conversa informal. -Escrevendo no quadro giz palavras com letras M e N.	ativa dos meses nas atividades, envolvendo a pontualidade das tarefas.	-MARQUES, Yolanda-A Mágica do Aprender Livro Integrado - 1ª serie.
Reconhecer o nível de leitura do aluno. Destinguir no quadro nomes de pessoas e objetos. Informar sobre os sinais de trânsito.	-Leitura. -Sinais de trânsito.	-Realizando leitura de texto, de frases, de palavras, técnica prender palavra. -Mostrando os sinais de trânsito em cartaz identificando cada um.		
Verificar corretamente sinais de trânsito. Estudar os números pares e ímpares.	-Sinais de Trânsito. -Números pares e ímpares.	-Expondo no quadro os sinais de trânsito e explicando cada um. -Colocando os números no quadro com representação de figuras.		
Aplicar sílabas e vogais. Perceber a criatividade do aluno.	-Sílabas e vogais. -Desenho livre.	-Usando gráfico com sílabas e vogais. -Deixando o aluno desenhar livremente.		

✓

T É C N I C A: Jogos de Leitura

A medida que a aprendizagem se desenvolvia, o professor poderá aplicar jogos de leitura adaptando-os ao nível que os alunos tinham atingidos.

1ª- Brincar de Escola - Escrever no quadro uma dezena de palavras, indicando uma delas com ponteiro, pedir a um aluno que leia. Caso acerte, o aluno terá o direito de continuar como professor; apontará outra palavra, a que ache mais difícil e chamará um colega. E assim por diante.

2ª- Dois partidos - dividir a classe em dois partidos, que poderão escolher os seus próprios nomes, entre cores, flores, brinquedos. No começo do jogo, todos se põem de pé. O professor vai escrevendo pequenas frases ou palavras e pedir variadamente a membros de um e de outro partido, que leiam. Os que lerem, permanecem de pé, podendo ser chamado novamente. Vencerá o partido em que a maioria leia corretamente.

3ª- "Prender" palavras - em vários pontos da sala, o professor afixa letreiros com palavras já conhecidas, e novas conforme o desenvolvimento da turma. Pedir a um aluno que corra e prenda a palavra tal. O aluno procura a palavra, destaca o letreiro e o leva a mesa do professor. Se acertar, por sua vez pedirá a um colega que prenda outra e assim por diante.

4ª- "Caçar" uma palavra - escrever em colunas no quadro muitas palavras. Dizer que entre elas se encontra a palavra tal. Salteadamente, irá indicando diferentes palavras. O aluno chamado para caçar a palavra, ao perceber que ela foi indicada, baterá palma, que é o tiro, percebendo em silêncio. Se ao bater disser a palavra, perderá um ponto. Se acertar tomará o lugar do professor.

5ª- Jogos dos Letreiros - Preparar, em tiras de cartolina, letreiros com os nomes de coisas existentes em sala de aula. Dar um letreiro a cada aluno pedindo-lhes que, sem dizer nada o coloque na coisa que a palavra representa.

6ª- Jogo de limpar o quadro - Este jogo pode ser empregado quase todos os dias, pois desperta o interesse. Depois de determinada atividade, pedir a um aluno que vá ao quadro e procure a palavra tal, e apague. E assim por diante.

✓

7ª- Jogode Objetos - Escrever o nome de um objeto existente na sala e, a seguir o nome de um aluno. Esse aluno deverá levantar-se e ir mostrar o objeto, tudo em silêncio.

8ª- Brincar de Carteiro - Em papéis, ou cartõeszinho com palavras escritas, uma em cada um. Convidar um aluno para distribuir as cartas. Chegará a um colega e lhe perguntar: "Como é seu nome"? O colega diz uma das palavras conhecidas por ex: Meu nome é Maria. O carteiro procura a carta com esse nome, e a entrega ao colega, que agradecerá. E assim até o fim do Material.

É muito comum ouvir-se pais dizerem:—chega de brincadeiras! As crianças precisam de mais estudo! Mais continhas mais exercícios!

Serian as histórias realmente uma tolice, apenas um modo agradável de passar o tempo?

As histórias oferecem grande contribuição para o desenvolvimento da linguagem, pois incentivam a organização do pensamento, a imaginação e o vocabulário.

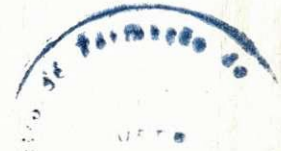
As crianças não só gostam de ouvir histórias como de reproduzi-las e inventá-las.

Não é difícil incentivar as crianças para que criem histórias quando são sensibilizados e quando têm oportunidade de desenhar e pintar livremente, elas externalizam suas idéias, criando enredos até bem complexos. As histórias surgem assim, naturalmente, como resultado das vivências da criança, que sente prazer em contá-las e o faz de acordo com o seu desenvolvimento.

OBJETIVOS

- a- Divertir a criança estimulando a imaginação e inteligência
- b- Educar e instruir
- c- Desenvolver atitudes favoráveis em relação à leitura e a escrita
- d- Enriquecimento de vocabulário
- e- Facilidade de expressão
- f- Aperfeiçoamento da linguagem e da capacidade de atenção
- g- Aquisição de novos conhecimentos
- h- Orientação do pensamento





4

As várias maneiras de contar estórias

1 - Estória com gravuras (cartão sanfonado, álbum seriado)

Objetivo: desenvolver a discriminação visual

a - as gravuras devem ser grandes, coloridas e atraentes.

2 - Estória com canto

Objetivo: participação ativa dos ouvintes

- Preparar os ouvintes para a participação. Antes de dar início a estória, ensaiar a melodia que vai ser cantada.

3 - Estória com flanelógrafo

Objetivo: despertar o interesse pelas estórias que já foram contadas

- Ir mostrando as ilustrações no flanelógrafo enquanto conta a estória.

4 - Estória desenhada

Objetivo: despertar a atenção visual e auditiva

- Contar a estória e ir desenhando aos poucos, acompanhando o enredo.

## O COELHINHO DE ASAS VERMELHAS

Dona Coelha morava em uma toca com seu lindo filhinho. O coelhinho era todo branco, com orelhas cor-de-rosa e os olhinhos vermelhos.

O Coelhinho não era feliz, vivia com inveja dos outros.

Cada bicho que ele via, queria ser igual. Queria ter a cauda do Esquilo, ter as patas amarelas da Patinha, queria até ser igual ao Porco-espinho.

Um dia o Coelhinho fugiu de casa e foi procurar o Porco-espinho:

- Olhe, Porco-espinho, eu quero ser diferente. Estou cansado de ser o Coelhinho Branco.

- Não deve mudar, Coelhinho, você tem uma mamãe tão boa! Ela gosta de você assim.

- Quero mudar, quero mudar!

- Então vá ao Lago dos Desejos, atrás daquelas árvores. Tudo quanto você pedir ao Lago ele dará.

O coelhinho saiu correndo. Perto do Lago viu um passarinho de asas vermelhas. Logo quis ser igual a ele. E pediu ao Lago:

- Ó Lago dos Desejos! Eu quero ter asas vermelhas!

No mesmo instante apareceram em seus ombros duas asas vermelhas. O Coelhinho ficou todo contente e foi correndo mostrar-se à mamãe Coelha.

- Mamãe! Veja como estou bonito!

Mas a Coelha não reconheceu o filho, nunca tinha visto um coelho daquele jeito:

- Você não é meu lindo filhinho. Ele é branquinho e não tem asas vermelhas. Vá embora!

O Coelhinho saiu muito triste e a Coelha fechou a porta.

Já era noite. O Coelhinho não tinha onde dormir. Foi à casa do Esquilo:

- Esquilo, eu posso dormir esta noite em sua casa?

Mas o Esquilo, ao ver um coelho de asas vermelhas teve medo e fechou a porta.

Com muito sono o Coelho bateu à casa da Patinha:

- Patinha, eu posso dormir esta noite em sua casa?

Mas a Patinha, ao ver um coelho de asas vermelhas, teve medo e fechou a porta.

Afinal o Porco-espinho, com pena do Coelhinho deixou-o dormir em sua toca.

Quando acordou, o Coelhinho lembrou-se de suas asas e quis voar. Trepou numa árvore, saltou abrindo as asas e... plaff! caiu bem em cima de uns espinhos.

O Coelhozinho começou a gritar. O Porco-espinho acudiu e perguntou-lhe:

- Você ainda quer ter asas vermelhas?
- Não, respondeu o coelho.
- Então peça ao Lago dos Desejos para você ser outra vez o Coelhoinho branco.

Assim fez o Coelhoinho. Suas asas caíram e ele voltou alegre para casa. Desta vez sua mãe reconheceu o filhinho. Abraçou-o com todo carinho e deu-lhe gostosas cousas para comer. O Coelhoinho viveu feliz e nunca mais foi invejoso.

## ATIVIDADES DE LIVRE EXPRESSÃO ARTÍSTICA.

Diariamente, as crianças precisam ter oportunidade para expressar-se livremente, através de atividades artísticas, tais como: desenho, pintura, modelagem, recorte, colagem, montagem, etc.

As atividades artísticas favorecem a integração da criança ao grupo, a formação de hábitos de limpeza e ordem, a capacidade de auto-expressão.

Entretanto, estes objetivos só serão atingidos se as atividades artísticas forem realmente livres e criadoras, isto é, se não oferecermos para a criança modelos a serem copiados ou formas para serem recortadas e/ou coloridas.

Se damos a criança um modelo, estamos lhe dizendo: "Seu trabalho não é bonito, nem completo; você não é capaz;" e com isto, estamos diminuindo sua confiança em si mesma, sua vontade de acertar e seu interesse na atividade em si.

Se, ao contrário, deixamos que ela se expresse livremente, sem nos preocuparmos com o "Produto" obtido em seu trabalho, estamos permitindo que ela observe o mundo a sua volta, perceba suas próprias emoções e tente representá-las - isto é, estamos permitindo que ela se desenvolva. Mais importante que o "Produto" é o "Processo" vivido pela criança ao tentar expressar-se livremente.

Ao descobrir materiais novos, a criança provavelmente vai preocupar-se em experimentá-los, sem pretender expressar algo. Depois que tiver dominado o material, é que ela começará a tentar imprimir algum significado à sua tarefa.

A criança que vive experiências mais ricas, que tem oportunidade de dialogar, trocar idéias, descobrir novidades, terá certamente, mais facilidades em exprimir-se através das atividades artísticas.

Por isso, é importante procurarmos oferecer às crianças muitas oportunidades para conhecerem novos objetos, lugares e pessoas e conversarmos com elas sempre, satisfazendo sua curiosidade e levando-as a procurar respostas às suas indagações.

Outro aspecto importante a considerar é que, ao desenhar (ou pintar) livremente, a criança realiza todos os movimentos necessários ao desenvolvimento da coordenação dos pequenos músculos, tornando desnecessários os exercícios caligráficos monótonos e desinteressantes.

Não se surpreenda quando o desenho da criança apresentar rabiscos e garatujas, próprios de uma idade inferior. Deixe que desenvolva, ainda que lentamente, as suas possibilidades. O importante, em arte plásticas, é deixar a criança trabalhar livremente, transportando para o barro ou massa de modelar; através do lápis cera, da tinta, da colagem, da modelagem, sua capacidade criadora, suas inibições, seus problemas íntimos, enfim sua personalidade.

Para que isso aconteça, observe as seguintes instruções:

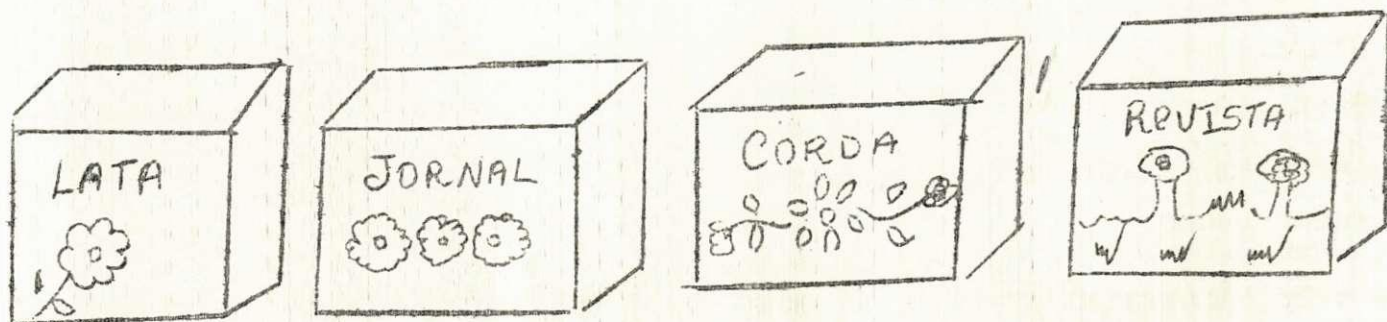
- Não interfira no trabalho criativo, espontâneo da criança;
- Não compare o seu trabalho com o de outras crianças;
- Respeite a criatividade da criança;
- Valorize, sem excessos o trabalho da criança.

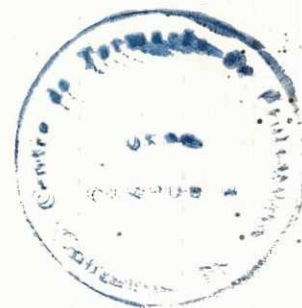
Apresentamos sugestões para a realização de um trabalho mais criativo, tendo em vista os objetivos selecionados para cada atividade que voce deseja vivenciar.

Para melhor êxito no seu trabalho, providencie caixas com identificação onde sejam guardados os materiais, separadamente, e incentive as crianças a fim de participar na arrumação deste material.

Voce poderá adquirir o seu material sucata, através de campanhas, envolvendo o pessoal da escola, às mães e a comunidade.

#### CANTINHO DA SUCATA





### DESENHO      E      PINTURA

Enriquecem a imaginação e proporcionam a criança o uso de técnicas básicas para incentivar a ação criadora, assim como a expressão do pensamento.

- Melhora a atenção dirigida
- Desenvolve a coordenação motora
- Desenvolve o interesse pela cor
- Enriquecer a percepção táctil
- Desenvolve o gosto artístico.

### SUGESTÕES DE TÉCNICAS

#### Desenho com giz molhado:

Material: giz de cor, água, papel de computador, ou folhas de jornal.

Procedimento: molhar o giz, secar um pouco e desenhar livremente.

#### Desenho com barbante

Material: fio de barbante, guache em cores variadas, papel.

Procedimento: as crianças mergulham pedaços de barbante na tinta guache ( escolhendo livremente as cores) e com eles vão formando composição livre sobre o papel.

Objetivos: incentivar a criatividade, desenvolver a coordenação motora.



PROGRAMAÇÃO

DIA DAS CRIANÇAS

- ABERTURA

- ESTAGIÁRIA: Edileuda C. de Arruda com:

Cântico

Mensagem às crianças

- ATIVIDADES

Poesia: Por 10 crianças

Dança: Participação de todas

Merenda: Organizada por estagiária e professora.

- SORTEIO de brindes organizado por estagiária:

Camiseta

Porta escova infantil

Sabonetes etc.

MENSAGEM DA CRIANÇA

Dizes que sou o futuro

Dizes que sou a esperança da paz

Dizes que sou a promessa do bom

Não espero somente o teu pão

Não desejo tão só a festa do teu carinho

Não te rogo apenas brinquedos

Não sou simples ornamento de teu carinho

Não me induzas à guerra

Não me abandones às trevas

Dá-me a luz e o entendimento

Suplico amor com que me eduques

Peço-te bons exemplos e boas palavras

Sou alguém que bate a porta em nome de Deus

Ensina-me o trabalho e a humildade; o devotamento e o perdão

Compadece-te de mim e orienta-me para que eu seja bom e justo...

Corrige-me enquanto é tempo ainda que eu sofra

Ajuda-me hoje para que amanhã eu não te faça chorar.

.....



## SER CRIANÇA

"Ser criança é ter um mundo de sonhos na cabeça e no coração.  
É soltar esses sonhos nos mínimos gestos, no olhar, nas palavras, no sentir.  
É querer da gente muito mais que brinquedos novos.  
É querer da gente um mundo de amor, de ternura e de confiança.  
É querer andar tendo uma mão segura apoiando.  
É querer falar e ser ouvida.  
É sentir um mundo transbordando na papinha, no banho, na primeira escola.  
É sentir amor desde antes de nascer. É se sentir aceita, esperada.  
É poder ouvir histórias e ter quem as conte.  
Ser criança é construir castelos e ter em casa a base da construção .  
Firme. Sólida. Amorosa.  
Ser criança é desenhar flores, casinhas, nuvenzinhas azuis, e não passaros feridos, guerras, bombas.  
Ser criança é não precisar ficar o dia todo na frente da TV. É poder brincar, se sujar, comer algodão doce, ter amiguinhos.  
Ser criança é perguntar e não ter tempo de ouvir respostas compridas demais, complicadas demais. É tudo tão simples no seu mundo de brinquedo, de animais, de desejos, de sonhos...  
Ser criança é não saber o quanto dá sono acordar no meio da noite, estragar seus programas, chorar na hora da novela, mas é também saber gostar com sinceridade. É olhar um mundo com sinceridade. É abraçar e amar você.  
É você pensar que ela faz parte de você, e ela não ser de ninguém. Ser um ser próprio, individual, diferente de qualquer outro ser.  
É você aceitá-la como gente. Como companheira. Como ser. Com direitos de escolher e de opinião.  
Ser criança é exigir coisas que são suas. Seu amor, seu carinho, suas histórias, suas brincadeiras, seu mundo.  
E resta a nós, amá-las e respeitá-las.  
É nisso que nós, nos empenhamos.  
Porque nós acreditamos nelas.  
Como serás, como crianças, como sementes de um mundo melhor de Paz e de Amor".

.....

OS 21 RECADOS DO SEU FILHO PEQUENO

01. Não me entregues. Sei perfeitamente que não devo ter tudo que peço! Estou apenas testando você.
02. Não tenha medo de ser firme comigo. Prefiro assim para me sentir mais seguro amanhã.
03. Não me deixe adquirir maus hábitos. Tenho que contar com você para eliminá-los, desde as primeiras vezes.
04. Não me faça sentir menor do que sou. Isto só fará com que me comporte com "grande" ridículo.
05. Não me corrija com aspereza diante dos outros. A repreensão será mais proveitosa se feita calmamente, em particular.
06. Não me faça sentir que minhas faltas são pecados. Isto subverte meu senso de valores.
07. Não me proteja das consequências. É bom que de vez em quando eu aprenda sofrendo na própria pele.
08. Não se sinta chocado que eu diga: "odeio você". No fundo não é você que odeio, é seu poder de me contrariar.
09. Não ligue muito para certas dorzinhas de que às vezes me queixo. Quase sempre não passam de um truque para conseguir a atenção que preciso.
10. Não seja ranhenta comigo. Do contrário, para me proteger, serei obrigado parecer surdo às suas reclamações.
11. Não se esqueça de que não sei ainda me exprimir tão bem quanto desejaria. Este é o motivo porque nem sempre sou muito exato em minhas explicações.
12. Não faça promessas irrefletidas. Lembre-se de que fico tremendamente frustrado quando uma promessa não é cumprida.
13. Não table muito alto meu grau de honestidade. Isto facilmente me assusta a ponto de me levar a dizer mentiras.
14. Não seja incoerente. Cria em mim uma confusão tal que me faz perder a fé com você.
15. Não me diga nunca que meus medos são bobagens. Para mim, eles são terrivelmente reais e você contribuirá para me dar segurança se tentar entendê-los.
16. Não me descarte quando faço perguntas. Senão eu paro de lhe perguntar. Senão eu paro de lhe perguntar as coisas e você vai descobrir que agora busco minhas respostas em outros lugares.
17. Não queira apreciar nunca como perfeito ou infalível. Para mim será um choque forte demais o descobrir que você não é nenhuma das duas coisas.
18. Não pense jamais que cairá do pedestal de sua dignidade perante mim se tiver que me pedir desculpas. Saiba que uma desculpa honesta só faz aumentar surpreendentemente minha cálida atmosfera de intimidade com você.
19. Não se esqueça do quão depressa estou crescendo. Deve ser duro para você acompanhar meu ritmo, mas por favor tente.
20. Não se esqueça de que adoro experimentar. Sem isto não posso ir adiante.
21. Não se esqueça de que não posso florescer senão com um bocado de amor e compreensão.

"AJUDE-ME HOJE. BATA-ME SE PRECISO FOR, PARA QUE AMANHÃ NÃO ME FAÇA CHORAR".

✓

P O E S I A   D A S   C R I A N Ç A S



Somos crianças felizes,  
Vivemos sempre a cantar,  
Pois sabemos que de nós  
O mundo irá precisar.

Ser criança é viver,  
Crescer, produzir e sonhar,  
Está sempre pensando  
Em comer, estudar e brincar.

Criança é um alvorecer,  
Pensa noite e dia,  
Em tudo o que vai fazer,  
Para não se atrapalhar  
Na hora do lazer.

Crinça é flor no jardim,  
Que perfuma sem parar,  
Esperamos desta flor  
Lindo fruto brotar.

Ser criança é ser pequeno  
Rir, chorar e aprender,  
Sempre fala a verdade  
Quem ouvir pode escrever.

Hoje nós sentimos alegria  
Tristeza ninguém não tem  
Muita gente hoje deseja  
Ser criancinha também.

Hoje nós somos uma flor  
Futuramente a maçã  
O povo espera da gente  
O fruto do amanhã.

Eu não venho para a escola  
Só pra ler e escrever  
Gosto muito de brincar,  
Jogar, pular, correr  
E a hora da merenda  
Não posso esquecer.

Elaboração de:  
Edileuda C. de Arruda  
(recitada em 12-11-86)

✓

Universidade Federal da Paraíba.  
 Centro de Formação de Professores.  
 Departamento de Educação e Letras.  
 Curso: Pedagogia. Período: VII  
 Disciplina: Estágio Supervisionado de Supervisão Escolar.  
 Professor Orientador: Elizabeth Galbento Duarte

FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR:

Escola: Escola de 1º grau Pedro Américo

Diretora: Edna Maria Pereira Cantaro

Supervisora: \_\_\_\_\_

Estagiária: Edilene Casaca de Ananda

Data	Hor.		Atividade(s) Realizada(s).	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
25/09/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática, leitura de palavras, texto e frases. Animais úteis ao homem e semelhança.	<i>Edilene</i>	<i>Atélix</i>
26/09/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática com reconhecimento de palavras, frases, sílabas e sílabas. Fatos fundamentais	<i>Edilene</i>	<i>Atélix</i>
29/09/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática, formação de palavras e frases. Composição inicial sobre fe- mília	<i>Edilene</i>	<i>Atélix</i>
30/09/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática. O uso funcional de palavras e frases. Higiene corporal.	<i>Edilene</i>	<i>Atélix</i>
02/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática, formação de frase. Títulos funcionais da norma. Desenho livre.	<i>Edilene</i>	<i>Atélix</i>
02/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática, tipos de pontuações, reconhecimento de palavras. Tipos de alimentos: animal e vegetal.	<i>Edilene</i>	<i>Atélix</i>
03/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática, estruturas de frases. Fatos fundamentais: adição.	<i>Edilene</i>	<i>Atélix</i>
06/10/86	13:00hs	17:00hs	Higiene alimentar. Emprego dos encontros vocálicos, palavras com che- x (aula prática)	<i>Edilene</i>	<i>Atélix</i>

✓

Universidade Federal da Paraíba.  
 Centro de Formação de Professores.  
 Departamento de Educação e Letras.  
 Curso: Pedagogia. Período: VII  
 Disciplina: Estágio Supervisionado de Supervisão Escolar.  
 Professor Orientador: Elisabete Galbento Duarte



FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR.

Escola: Estadual de São João Pedro Américo

Diretora: Edna Marcelina Cortez

Supervisora: \_\_\_\_\_

Estagiária: Solteira Caruzza de Anunciação

Data	Hor.		Atividade(s) Realizada(s).	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
07/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática, meses do ano, dias e semana. - Trabalho com material sucata.	Elisabete	Abelir
08/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática - Criação de poesia. - Trabalho com material sucata.	Elisabete	Abelir
09/10/86	13:00hs	17:00hs	Fontes de alimentos. - Auto ditado, treino orto. gráfico, palavras com X	Elisabete	Abelir
10/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática - Arrasto a escola. - Encontro vocálico dos letras M e N.	Elisabete	Abelir
13/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática - Leitura. - Sinais de finalização.	Elisabete	Abelir
14/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática - Sinais de finalização. - Numerais pares e ímpares.	Elisabete	Abelir
15/10/86	13:00hs	17:00hs	Aula prática - Silábos e vogais. - Desenho criativo.	Elisabete	Abelir

✓  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS

CAMPUS V CAJAZEIRAS-PB, 17 DE DEZEMBRO DE 1986.

CURSO: PEDAGOGIA - PERÍODO - V I I

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SUPERVISÃO ESCOLAR

ORIENTADORA DO ESTÁGIO:

- Maria Elisabete Galberto Duarte

COORDENADORA DO CURSO:

- Josefa Martins Bianchi

LOCAL DO ESTÁGIO:

- Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo



RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE  
ATUAÇÃO COMO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO.

V



A N E X O      N º      03





## ANÁLISE DO PLANO DOCENTE

Diante desta análise percebi claramente a viabilidade e coerência na elaboração dos planos, para com a realidade e necessidade dos alunos.

A professora se mostra preocupada e interessada com a aprendizagem dos discentes, pois a sua metodologia se trata de um ensino inovador voltado gradativamente ao rendimento e produção escolar, visando em primeiro lugar o termo qualitativo do mesmo e não quantitativo.

Tabulação dos questionários aplicados aos discentes.



1º) Como você se sente diante do professor?

R- Todos os alunos responderam que sentem bem diante do professor, não havendo timidez ao fazerem perguntas e obterem respostas.

2º) A leitura está sendo um fator principal na escola? Porque?

R- acham que sim porque a leitura é um fator principal, é através dela que eles se desenvolvem, lendo fatos corretos e resumindo lindos textos, batem papo na escola ou mesmo em conversas com amigos e aprendem a copiar certo.

3º) A falta de uma biblioteca em sua escola impede seu conhecimento à leitura? Porque?

R- Sim, sem biblioteca não podemos formar grupos de estudos e fazer trabalhos para a realização de debates ou mesmo conversar sobre qualquer assunto, principalmente com as pessoas que não tem condições de comprar livros ou revistas.

4º) No seu ponto de vista existe autoritarismo na sua escola?

R- Responderam com totalidade que na sua escola não existe autoritarismo e sim ordem benéfica a todos os alunos.

5º) Como está sendo a sua aprendizagem até o momento?

R- A aprendizagem de todos é regular ou seja está obtendo sucesso não deixando de existir muita dificuldade, necessitando de mais material para uma boa aprendizagem.



## ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

De acordo com as respostas obtidas nos questionários aplicados, mostra esclarecidamente que mesmo com a predominância de maneira tradicional nas escolas, ainda existem professores e administradores claros, conscientes com mentalidade inovada e esclarecida, procurando transmitir para os seus alunos que o direito de falar e lutar espontaneamente está acima de tudo, porque é falando, lutando, perguntando, criticando que se aprende e o mais é pensamento ilusório.

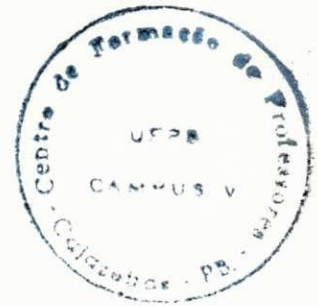
Por outro lado se refere a aprendizagem dos alunos que na maioria das vezes deixam de aprender determinada coisa devido a falta de material suficiente para um conhecimento amplo e adequado à realidade.

✓

PAUTA DE REUNIÃO

DEBATE

TEMA : PROJETO ( GERES )



LOCAL - Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo

DATA - 13 de Outubro de 1986

HORA - 14:00 hs

PAUTA

1º OBJETIVO:

- Informar aos professores desta escola para tomar conhecimento do PROJETO GERES (Grupo Executivo de Re formulação do Ensino Superior)

2- METODOLOGIA:

- Lendo e retomando a leitura por parágrafo.
- Explicação.
- Plenária.
- Discursão aberta.

3- AVALIAÇÃO:

- Utilização de apostilhas com atividades promovidas pela equipe, questionários que beneficiam a melhoria no conhecimento pelo Ante-Projeto GERES perguntas e respostas surgida pela plenária.

4- PARTICIPANTES:

- 01- Estagiárias
- 02- Professores
- 03- Diretora

Edileuda Casuza de Arruda  
Estagiaria de Supervisão Escolar

1. O QUE É O PROJETO DO GOVERNO PARA A UNIVERSIDADE

Em 1985, o governo criou a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, que ficou conhecida como Comissão de Alto Nível, composta por pessoas convidadas diretamente pelo próprio governo. Essa Comissão funcionou de março a novembro, apresentando como resultado um documento intitulado "Uma nova política para a educação superior brasileira". Dada a grande heterogeneidade na composição da Comissão, esse documento contém contradições entre suas propostas. Essa heterogeneidade não excluiu porém a predominância de concepções conservadoras, o que levou a que o documento final se chocasse frontalmente com os princípios fundamentais defendidos pelo movimento docente para a universidade. O documento final da comissão era porém bastante genérico, não se constituindo um instrumento operacional, que permitisse o imediato encaminhamento da reformulação da universidade pelo governo.

O MEC criou então o GERES - Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, com a finalidade de elaborar uma proposta operacional para o governo implementar a reestruturação da universidade, com base nos princípios básicos definidos pela Comissão de alto nível. O GERES foi instalado em março deste ano, apresentando suas conclusões em um Relatório datado de setembro de 1986.

Os trabalhos do GERES foram desenvolvidos a portas fechadas, sem serem divulgadas sequer as idéias em desenvolvimento. Após concluído, seu Relatório foi mantido secreto, com seus integrantes, bem como as autoridades do MEC contatadas, recusando-se a entregar uma cópia do mesmo à ANDES, apesar da reiterada insistência nesse sentido. A importância de se conseguir acesso a uma cópia desse documento tornava-se cada vez mais clara, à medida que declarações oriundas do próprio governo davam conta dele como sendo a base sobre a qual o MEC encaminharia a reformulação do ensino superior.

Finalmente, após intensa insistência, a ANDES recebeu uma cópia do Relatório no dia 29.09.86, véspera do Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica, que antecedeu o XIV CQAD, em Curitiba. Uma análise preliminar do documento confirmou os piores receios da ANDES: O Relatório consta de duas partes, sendo a primeira introdutória, onde é desenvolvida a argumentação que se materializa na parte seguinte, com um ante-projeto de lei que reestrutura as IES federais e que, mais do que base para a ação governamental, é o próprio projeto do MEC para a rede federal de ensino superior. Em ambas as partes, define-se um projeto que elimina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, rompe a autonomia da universidade ao abrir o caminho para o controle de sua atividade por agentes financiadores, induz a institucionalização do ensino pago, elimina a isonomia salarial e provoca um retrocesso na democratização da universidade ao proibir as eleições diretas para reitores e diretores.

Observe-se ainda que, embora o Relatório faça menção a um outro ante-projeto de lei, reformulando o Conselho Federal de Educação, ele não foi incluído na versão divulgada pelo MEC.

Por proposta da diretoria da ANDES, o XIV CQAD propôs a todas as ADs o estudo cuidadoso do projeto do governo, de modo a que até o dia 15.10.86, Dia Nacional de Luta pela Universidade Pública e Gratuita, a reunião dos delegados das ADs das IES federais em Brasília defina a posição do movimento docente a esse respeito.

O presente texto constitui uma contribuição à reunião nacional do dia 15.10.

## DIFERENTES CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE

Na sua parte introdutória, o Relatório do GERES afirma que o atual processo de transição política gerou duas "tendências" no debate sobre a universidade. Uma dessas tendências defenderia

"uma universidade alinhada, cujas atividades são meios para atingir certos objetivos políticos para a sociedade e cujos paradigmas são ditados não pelo desempenho acadêmico dos agentes mas pelo seu grau de compromisso político-ideológico com as forças populares" (Relatório, p. 18).

A outra tendência defenderia

"o projeto modernizante de uma universidade do conhecimento, baseada em paradigmas de desempenho acadêmico e científico, protegida das flutuações de interesses imediatistas, sem inviabilizar contudo sua interação com as legítimas necessidades da sociedade" (Relatório, p. 18).

É evidente que, com a primeira "tendência", o GERES quer identificar o movimento docente e, com a segunda, o próprio GERES e o governo. Tal caracterização é porém radicalmente falsa.

A "Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira" entende que "a universidade é uma instituição social de interesse público", o que "se efetiva simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural intelectual e científica", representatividade essa que pressupõe "a capacidade de assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico, que exige respeito à diversidade e ao pluralismo" (Proposta ADs-ANDES, p. 1). Ou seja, o movimento docente defende uma universidade em que estejam presentes todas as principais vertentes contemporâneas do pensamento científico e filosófico. Esse pluralismo, longe de substituir o melhor desempenho acadêmico pelo maior "grau de compromisso político-ideológico", como acusa o GERES, leva à afirmação da necessidade de que "o trabalho docente (ensino, pesquisa e extensão) precisa ser avaliado sistematicamente, a partir de critérios definidos de forma pública e democrática", afirmação essa desdobrada em orientações concretas. (Proposta ADs-ANDES, pp. 26-27).

Por outro lado, o projeto do governo encaminha, como veremos, a privatização da produção de conhecimento na universidade, submetendo suas atividades, sobretudo de pesquisa e extensão, mas também de ensino, ao controle de agentes financiadores. Ou seja, é esse projeto, e não o do movimento docente, que propõe o "alinhamento político-ideológico" da universidade, no caso ao grande capital privado e ao Estado.

### 3. O CONCEITO DE UNIVERSIDADE

Na parte introdutória do Relatório do GERES lê-se que

"no Brasil, historicamente, o ensino foi a função primordial desempenhada pelas instituições de ensino superior. A Lei nº 5540/68, ao estabelecer o princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa" (corresponde a uma concepção que) "introduz um elemento à tradição de nosso ensino superior: a pesquisa" (Relatório, p. 9).

Prosseguindo, o GERES conclui que o resultado dessa medida é, hoje, a existência de instituições em que apenas se ensina, ao lado de outras, em que há também pesquisa. Além disso, a política de expansão do ensino superior levou à disseminação de instituições isoladas e ao crescimento das universidades privadas -- em ambos os casos

Buscando consagrar e mesmo radicalizar essa situação, o Art. 42 do ante-projeto de lei extingue a indissociabilidade entre ensino e pesquisa como obrigação legal, não apenas em algumas, mas em todas as IES federais, ao determinar que deverão organizar-se a elas o disposto no Art. 2º da Lei 5540/68, que diz:

"O ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados, como no instituições de direito e público e privado."

Tanto as universidades públicas como as particulares gozam - pelo menos segundo afirma a legislação - de autonomia didática, administrativa e financeira, independente do desenvolvimento ou não de atividades de pesquisa. O que as separa das instituições isoladas é sua "universalidade de campo" - a abrangência de diversos campos do conhecimento. O GERES defende porém a proposta da Comissão de Alto Nível, a qual "recomenda apenas que, no que se refere às universidades, a nova legislação abandone a tradicional concepção de 'universidade' ao definir a abrangência das funções da instituição no campo do ensino e da pesquisa" (Relatório, p. 12). Em decorrência, o Art. 42 do ante-projeto de lei abole a universidade de campo enquanto característica obrigatória das universidades federais, ao incluí-las da abrangência do Art. 11 da Lei 5540/68, que diz:

"As universidades organizar-se-ão com as seguintes características: (....) e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmo ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnicas profissionais."

Assim, o GERES, adotando uma postura que procura apresentar como realista e flexível, e seguindo explicitamente as indicações da Comissão de Alto Nível, propõe a "autonomia" como único critério definidor de uma universidade enquanto tal. Dessa forma, "estabelecimentos isolados que comprovem sua competência através dos mecanismos de avaliação previstos no projeto" podem pleitear autonomia didática, administrativa e financeira e, com isso, "o 'status' universitário" (Relatório, p. 16).

O conceito de universidade que orienta todo o trabalho do GERES, inclusive o ante-projeto de lei, choca-se frontalmente com o defendido pelo movimento docente. Este, ao rejeitar a possibilidade de que a universidade se limite ao papel de mera reprodutora do conhecimento já existente, exige, como condição para o desenvolvimento de um pensamento crítico e pluralista, tanto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como a universalidade de campo.

Com a pesquisa, o professor faz avançar o conhecimento na sua área de trabalho ao mesmo tempo em que age no sentido de se desenvolver enquanto profissional e de aprofundar a formação dos estudantes, tanto os diretamente envolvidos na pesquisa quanto os que se beneficiarão das aulas enriquecidas pela mesma. Com a extensão, leva-se o conhecimento gerado na universidade a parcelas da população, enriquecendo-o com o debate com essas parcelas. Por sua vez, a universalidade fornece as condições concretas e o estímulo à interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão, evitando a redução da atividade de ensino superior à mera formação de mão-de-obra qualificada.

O conceito de universidade adotado pelo GERES e o MEC não constitui porém um equívoco, que possa ser corrigido ao ser mostrado a arcos. Trata-se de uma fórmula



ção claramente assumida pelo governo, ocomparte de sua política voltada para sua deso-  
brigação crescente frente ao ensino superior e oconcomitante avanço da privatização,  
seja através do crescimento da rede privada, seja através do controle da rede pública  
por agentes financiadores.

4 - FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE

O ante-projeto de lei elaborado pelo GERES e assumido pelo MEC diz em seu art.  
33:

"A União assegurará às universidades federais patrimônio e receita neces-  
sários à realização dos seus objetivos institucionais, em função de pla-  
nes plurianuais de desenvolvimento e de programas anuais de trabalho."

Essa formulação, à primeira vista, parece assegurar a completa cobertura, pelo  
Estado, das necessidades financeiras das IES federais. Quando integrada no conjunto  
do Relatório do GERES, porém, ela ganha outro significado.

Segundo o GERES, a "necessidade de aumentar a eficiência" do sistema federal de  
ensino superior e a existência de problemas políticos restritivos, geraram a adoção de  
mecanismos burocráticos de controle de meios (recursos), com abandono da avaliação dos  
fins (desempenho, produto) das IES (Relatório, pp. 10-11). O GERES identifica aí um  
duplo erro: de um lado, a autonomia acadêmica, que é "A verdadeira autonomia", tem  
que estar associada à autonomia financeira, uma vez que a restrição dos meios pode to-  
lher a liberdade acadêmica (Relatório, p. 14); de outro lado, como "no caso das insti-  
tuições de educação superior públicas os recursos são oriundos do contribuinte",  
é "inevitável o controle social da aplicação dos recursos públicos como dever inaliená-  
vel do Estado" (Relatório, p. 17).

O prob lema, para o GERES, reside então na compatibilização entre "um aumento"  
da autonomia na gestão universitária", inclusive dos recursos financeiros, e "um con-  
trole das instituições". A solução é encontrada na proposta de que "o controle social  
seja feito a partir de um sistema de avaliação de desempenho" (Relatório, pp. 17-18).

A avaliação de desempenho não se destina porém apenas ao controle da utiliza-  
ção de recursos. Ela deve cumprir papel importante "no processo de formulação de polí-  
ticas e de estabelecimento de normas para o sistema educacional" (Relatório, p. 19).  
Além disso - e esse é o ponto nevrálgico da questão -, o GERES, o o MEC, entendem que

"o processo de avaliação do desempenho das instituições de ensino superi-  
or deverá oferecer importantes subsídios para a alocação de recursos en-  
tre as instituições federais. Como resultado do processo avaliativo, re-  
comendações específicas poderão ser feitas em relação às necessidades e  
disponibilidades de cada instituição" (Relatório, pp. 38-39).

Segundo o GERES, o mais adequado "é que o processo de avaliação seja conduzido  
pela Secretaria da Educação Superior (SESu) do MEC, que já está adotando as providên-  
cias iniciais nesse sentido" (Relatório, p. 18). Confirma-se assim a denúncia da ANDES  
sobre o verdadeiro papel destinado ao processo de avaliação que a SESu está começando  
a aplicar às IES federais: estabelecer um "ranking" na rede pública de ensino superi-  
or, a partir do qual os recursos serão distribuídos desigualmente, perpetuando desse  
modo a desigualdade entre as diferentes IES, parte do legado de décadas de um políti-  
ca educacional profundamente danosa ao ensino superior.

Confirma-se também a informação, obtida extra-oficialmente pela ANDES enquanto decorria o trabalho a portas fechadas do GERES, de que o governo pretende, através do corte real de verbas, induzir as universidades a buscarem recursos adicionais pela venda de serviços e da institucionalização do ensino pago, como meio de garantir seus gastos com custeio e salários.

De fato, se o Art. 33 obriga a União a garantir os meios para a "realização dos objetivos institucionais das universidades federais", por outro lado será a própria União, através do MEC, que definirá em última instância as "necessidades e disponibilidades de cada instituição", com base no "processo avaliativo" encaminhado atualmente pela SESu. Definidas as "necessidades" a atender, e dado o montante de verbas a serem dotadas à rede federal de ensino superior pelo MEC, este determinará então a parcela destinada a cada IES. Quanto mais insuliciente o desempenho de uma universidade, a critério da SESu, menor será a parcela a ela destinada e maiores, portanto, suas dificuldades para elevar aquele desempenho. No caso das "universidades de ensino" menor tenderá a ser a dotação de recursos federais e maior deverá ser sua necessidade de cobrança de altas taxas aos estudantes, além de sua dependência em relação à "comunidade" de associação comerciais, federações de indústrias etc., que se convenceram da necessidade de destinar recursos à manutenção em funcionamento da universidade pública local, ou pelo menos de alguns de seus cursos. Por outro lado, quanto menor o volume de recursos destinados pelo MEC ao conjunto das IES federais, maior tenderá a ser a necessidade de que todas elas, inclusive as consideradas como de melhor desempenho, recorram à cobrança dos alunos, à venda de serviços - pesquisa e extensão - e a apoio financeiro, para a manutenção das atividades de ensino, por parte de agentes financeiras.

Essas constatações se unem a declarações como a do ministro da Educação Jorge Bernhausen, de que as universidades "devem sair do imobilismo e não esperar uma atitude paternalista do governo, procurando apoio do setor privado" (FSP, 01.08.86), e que "o que precisamos é buscar justiça social e dar gratuidade à aqueles que não puderam pagar" (FSP, 15.08.86). Inem-se também a afirmações vindas de escalões intermediários do MEC e do governo, nunca assumidas oficialmente mas que nem por isso deixam de se repetir, no sentido de que os recursos destinados ao ensino superior devem diminuir, sendo transferidos ao 1º e 2º graus. O resultado é uma política clara: sem precisar deixá-lo explícito em algum artigo, o anto-projeto de lei do governo deixa aberto o caminho para, ao lado do fortalecimento da rede particular, pressionar a rede pública de ensino superior no sentido da captação de recursos junto a órgãos financiadores, tendo como resultado global a privatização da geração de conhecimento nas universidades brasileiras.

Compreende-se assim o verdadeiro significado da autonomia financeira e administrativa defendida pelo MEC para as IES federais. Trata-se de o Estado se desobrigar progressivamente de sua manutenção e, sobretudo, de ensaminhar sua adequação à política global de privatização referida acima. A universidade pública, como quem a Comissão de Alto Nível, o GERES, o MEC, o governo, deve caminhar para subordinar-se à dinâmica do mercado, o que significa sua subordinação à lógica da acumulação capitalista no Brasil.

Também a política salarial nas universidades deverá, segundo o projeto governamental, subordinar-se a essa lógica. Assumindo propostas originalmente levantada pela Comissão de Alto Nível, o GERNES defende

"um justo equilíbrio entre os ideais de uma carreira de âmbito nacional, que respeite os valores de igualdade e isonomia entre as diversas instituições, e os de diferenciações salariais, a partir de pisos iguais, em função dos valores e critérios do mérito, desempenho, localização" (Relatório, p. 22).

Em decorrência, após o Art. 18 estabelecer a "identidade de estrutura de cargos e funções, isolados e de carreira, e respectiva retribuição" para "todas as universidades federais". o Art. 19 do ante-projeto de lei estabelece que ...

"o estatuto do servidor de cada universidade incorporará (...), concessão de incentivos salariais em razão do desempenho funcional do servidor; (...), concessão de incentivos salariais de permanência na universidade, que, uma vez atendidos os pressupostos de titulação e desempenho do servidor, levem em conta, dentre outros fatores, as condições locais de mercado de trabalho e do custo de vida".

Confirmando mais uma vez denúncias formuladas anteriormente pela ANDIS, o governo nega assim a concessão da isonomia salarial aos docentes e servidores técnico-administrativos das IES federais, substituindo-a pelo que autoridades do MEC vêm chamando de "piso salarial isonômico", terminologia com que se procura encobrir a radical rejeição da isonomia. Pior que isso, além da desigualdade entre os salários pagos nas IES fundacionais e nas autárquicas, o governo implanta a desigualdade entre as diversas universidades e entre as diferentes unidades de cada universidade. A menção a "fatores" como "custo de vida" não encobre o fato de que qualquer "incentivo salarial" dependerão sobretudo do volume de recursos captados por cada IES, o que por sua vez depende do grau de industrialização, de expansão do comércio etc., além do interesse específico do empresariado local e de órgãos governamentais em, na região, estimularem com recursos determinadas áreas de atuação da universidade.

Fica assim esclarecido o verdadeiro motivo por que o governo vem proferindo desde outubro de 1985 a concessão da isonomia que ele próprio declarou publicamente ser um direito do corpo docente das IES federais. Trata-se de enquadrar a questão no interior da reforma da universidade, negando o atendimento da reivindicação.

## 6. DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

O ante-projeto de lei impõe um sério retrocesso ao processo de democratização hoje em curso na universidade. Uma longa argumentação é desenvolvida na parte introdutória (Relatório, pp 30-37), afirmando que "a especificidade institucional do ente universitário" (p. 36) exclui a validade de "processos de eleição direta plebiscitária" (p. 34). O uso do termo "plebiscitária" deve-se evidentemente apenas ao objetivo de desqualificar a eleição direta, uma vez que esta nada tem de plebiscito. À parte isso, os argumentos contidos no Relatório resumem-se à afirmação, não demonstrada, de que a escolha dos dirigentes por eleição direta poderá gerar "uma universidade politizada, democrática, mas dificilmente (...) uma boa universidade" (p. 34); que "a

universidade não é a sociedade em miniatura" (p. 34); que a defesa da eleição direta significa a negação da especificidade da organização universitária, própria de quem "adere ao modelo de uma universidade alinhada, vista como arma na luta política maior, instrumento utilizado pelo poder em regimes políticos de mobilização" (p. 33).

A rejeição das eleições diretas encontra assim sua justificativa na busca do "respeito à especificidade institucional do ente universitário", o que será alcançado com a fixação de normas relativas à hierarquia na carreira dos candidatos aos cargos de direção, a definição dos colegiados deliberativos com prevalência dos docentes sobre as demais categorias, mas com representação e voz para estas" (Relatório, p. 36). Dessa forma, o anto-projeto de lei estabelece que:

- "a administração superior da universidade caberá a colegiado deliberativo, presidido pelo Reitor, e constituído dos dirigentes e representantes das universidades que a integram" (Art. 7º);
- "nos órgãos deliberativos de qualquer nível (...) haverá representantes do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, na proporção que for fixado em estatuto", respeitada a condição de que esta representação "não poderá, em conjunto, exceder de um quarto do número de docentes" (Art. 10);
- "o Reitor e o Vice-Reitor de universidade serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos de lista de três nomes de professores titulares ou adjuntos, eleitos por colégio eleitoral especial", sendo este último constituído pelo colegiado deliberativo, acrescido "de delegados eleitorais em número não superior aos dos membros daquele colegiado" representando os docentes, os servidores técnicos-administrativos e os estudantes, e representando todas as unidades (art. 11). (litatis mutandis, o mesmo se aplica à escolha do diretor e vice-diretor de unidade, pelo reitor).

Com o presente anto-projeto de lei, o governo pretende portanto impor um recuo de grande importância ao processo de democratização na universidade, onde está hoje generalizado o recurso às eleições diretas, com participação paritária das três categorias, para o preenchimento dos cargos dirigentes. O veto estende-se também à reivindicação de que esse processo de escolha se esgote no âmbito da própria IES, sem ingerência do poder executivo.

## 7. OUTRAS QUESTÕES

Além de outros aspectos a serem detidamente analisados pelos docentes, cabe ainda destaque para três questões: a mudança da organização em departamentos e colegiados, o regime de trabalho e a aposentadoria.

Com uma simples penada, o MEC, através do Art. 42 do anto-projeto de lei determina o fim da obrigatoriedade da estruturação em departamentos e colegiados de cursos, ao excluir as IES federais da abrangência do § 3º do Art. 12 e do § 2º do Art. 13 da Lei 5540/68, que os prevêm. O modo como cada IES se estruturará será definido pelo estatuto adotado por ela, como determina o Art. 3º do anto-projeto de lei, estabelecendo-se assim uma provável profunda heterogeneidade na rede federal.

evidentemente inaceitável que mudança de tamanha convergadura se dê sem qualquer discussão na comunidade universitária, camuflada no último artigo do ante-projeto.

O GERES rejeita a reivindicação do movimento docente de que seja explicitamente proibido o regime de 40 horas semanais sem dedicação exclusiva (Relatório pp. 25-26; Proposta ADs-ANDES, p. 27). Em decorrência, o ante-projeto de lei, sem estabelecer aquela proibição, institui duas modalidades para "o regime de trabalho do pessoal docente": "dedicação exclusiva" e "Tempo parcial em função do número de horas semanais de atividades" (Art. 25). A redação desse artigo deixa em aberto a possibilidade do retorno do professor-horista, figura estranha na rede federal pela luta do movimento docente e que, prevalecendo ainda nas IES particulares, permite a drástica exploração dos docentes, com conseqüente redução da qualidade do ensino.

O ante-projeto de lei prevê a aposentadoria integral, complementada pela universidade unicamente no caso de ocorrer a aposentadoria "compulsoriamente, por implemento de idade" (Arts. 29 e 30), o que significa 70 anos para os servidores do sexo masculino e 65 anos para os do feminino. Permanece sem atendimento portanto mais essa reivindicação - de aposentadoria integral em todos os casos - dos docentes e servidores técnico-administrativos.

### 8. CONCLUSÕES

É certo que, no caso de o governo conseguir a aprovação no Congresso do ante-projeto de Lei elaborado pelo GERES, a atuação organizada e consciente da comunidade universitária poderá vir a neutralizar parte de seus efeitos radicalmente negativos. Mas não é menos verdade que, havendo na aprovação, a universidade pública gratuita terá sido atingida no essencial, talvez mortalmente. Não cabe portanto qualquer raciocínio contemporizador, que aposte em uma possível resistência futura como justificativa para empenhar agora a própria existência dessa universidade.

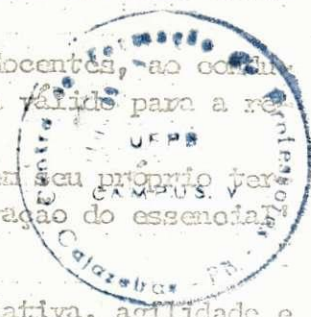
Em primeiro lugar, cabe um completo repúdio ao empenhamento que o governo está dando à questão, procurando fazer passar seu projeto sem discussão na comunidade de universitária, em um momento em que o Congresso não se reúne.

O ante-projeto de lei do MEC tem como objetivos:

- eliminar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, abrindo o caminho para a transformação de grande parte da rede pública de ensino superior em novo ensino de 3º grau;
- romper a autonomia universitária, privatizar a geração do conhecimento na universidade pública e submeter esta última a lógica do capital, subordinando suas atividades ao controle de agentes financiadores;
- induzir a institucionalização do ensino pago nas IES federais;
- eliminar a isonomia salarial e provocar a competição entre docentes, unidades e universidades por recursos financeiros a serem captados junto à iniciativa privada e a órgãos governamentais;
- promover um retrocesso na democratização hoje em desenvolvimento na universidade, proibindo as eleições diretas para cargos dirigentes.

Por essas razões, o ante-projeto de lei é inaceitável no essencial e deve ser rejeitado globalmente pelo movimento docente. Tentar "corrigi-lo", visando sua adaptação às propostas desse movimento para a universidade, seria incorrer em três erros:

- as correções seriam tantas e tão essenciais, que produziriam um outro ante-projeto, radicalmente distinto do atual;
- confundir-se-ia a chamada opinião pública e os próprios docentes, ao con-
- vir-se-los a encarar o projeto do governo como ponto de partida válido para a re-
- estruturação da universidade;
- e deixar-se-ia o caminho aberto para o governo, jogando em seu próprio ter-
- rreno (o texto do ante-projeto de lei), trabalhar pela aprovação do essencial
- de seu projeto pelo Congresso,



Por outro lado, a ANDES e as ADs precisarão ter muita iniciativa, agilidade e habilidade para enfrentarem a escorregadia tática do MEC. Isto, vinculando a concessão da isonomia - na verdade, o "piso isonômico", ou seja, a negação da isonomia - à aprovação do ante-projeto de lei, procurará apresentar os docentes como irresponsáveis, por rejeitarem "uma proposta concreta" do MEC, não só para a "isonomia", como também para os "males da universidade". Frente a essa armadilha em que o governo procurará apvisionar o movimento docente, será indispensável deixar claro, para o conjunto da comunidade universitária, para a imprensa e a população, que o projeto do governo:

- ataca frontalmente a universidade pública e gratuita;
- nega a isonomia salarial,

Por tudo isso, a luta central hoje do movimento docente nas IES federais deve ser contra a aprovação pelo Congresso do ante-projeto de lei elaborado pelo GERNES. Se apesar de tudo o governo o enviar ao Congresso, o movimento deverá lutar para que não o seja em regime de urgência - o que implicaria em uma provável aprovação por decurso de prazo - e para que fique para apreciação e deliberação na Constituinte.

Ao mesmo tempo, embora não mais ocupando o lugar central, deve ser mantida a reivindicação de imediata instituição da isonomia salarial, porque:

- a isonomia tecnicamente pode ser tratada em separado da reforma da universidade;
- abandonar agora essa reivindicação seria expor o flanco a acusações de "irresponsabilidade" e "incoseqüência" da parte do governo;
- deixar de reivindicar a isonomia seria condenar ao isolamento o movimento dos servidores técnico-administrativos, hoje em greve em torno dessa reivindicação.

Chegou agora o momento em que o movimento docente poderá provar que fala a verdade, ao afirmar que suas lutas salariais, por verbas e democracia, são sobretudo parte da luta em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e competente. Nenhuma outra reivindicação aparece hoje em primeiro plano. Salvar essa universidade é o papel histórico posto a todos os docentes de todas as universidades federais. Não faltaremos a esse compromisso.

Salvador, 12-13.10.86.

VFG/10/86.

## O POSICIONAMENTO DO DCE ACERCA DO DOCUMENTO DO GERES

Este documento tem como objetivo expor a comunidade os motivos do posicionamento dos estudantes da Universidade Federal da Paraíba face à política educacional de caráter privatizante que o Ministério da Educação vem desenvolvendo nos últimos anos, tendo atingido seu ápice com a elaboração do anteprojeto de Lei pelo GERES (Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior).

A função social da Universidade é, de acordo com o GERES, o aperfeiçoamento de recursos humanos, ou seja, a escola deve ser reprodutora do conhecimento já existente. Sendo a pesquisa um instrumento de produção do conhecimento, exigindo portanto uma reflexão crítica acerca da realidade, o GERES propõe a distinção entre o ensino e a pesquisa, em que esta última seria ente estranho ao processo pedagógico, sugerindo desta forma a "Universidade de Ensino" e a "Universidade de Excelência". O objetivo do MEC é, na verdade, criar uma "escola técnica de nível superior" buscando atender as necessidades imediatas do sistema capitalista. Baseando-se na "tendência modernizante" o MEC justifica e legitima os interesses do capital em detrimento dos interesses da maioria da população brasileira.

O GERES propõe, ainda, uma autonomia financeira às Universidades sugerindo que estas criem mecanismos de captação de recursos próprios buscados na iniciativa privada. O que se pretende, portanto, é um atrelamento a tais instituições com a consequente perda da autonomia universitária, bem como a crescente desobrigação do Estado para com a educação. No nosso entender, a autonomia administrativa está diretamente ligada à financeira, pois, na medida em que se adquire recursos através da iniciativa privada cria-se um compromisso para com os seus financiadores, permitindo uma maior ou menor ingerência na administração da instituição de acordo com o grau de dependência financeira.

No entender do Grupo a autonomia didático-científica será dada na medida em que a instituição se mostrar "competente". Para tal, deve-se criar um sistema de avaliação do desempenho das Universidades que será aplicado pelas "Comissões de Especialistas de Ensino" nomeados pela SESu/MEC. A Universidade dita competente é a que desempenhará satisfatoriamente a sua função de ensinar. Mais uma vez nota-se a crescente tentativa por parte do governo em aumentar o controle político sobre as IES (Instituições de Ensino Superior), visando fortalecer o poder estatal. Entendemos que a avaliação deve ser feita, não por novas "Comissões de notáveis", comprometidos com o capital, mas pela própria comunidade universitária, numa autogestão coletiva.

Diante da análise exposta, nós estudantes da UFPb REPUDIAMOS em sua totalidade o Anteprojeto do GERES por este representar um retrocesso na luta pela democratização do ensino público e gratuito.

✓

D E B A T E

TEXTO - D E S A F I O    A O S    E D U C A D O R E

LOCAL - Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo.

DATA - 20 de Outubro de 1986.

HORA - 15:00 hs



P A U T A

1- OBJETIVO:

- Discutir a importância do texto "Desafio aos Educadores" em comparação ao ensino atual.

2- METODOLOGIA:

- Realizando leitura do texto
- Plenária
- Espaço oferecido a todos os presentes para questionamentos.

3- AVALIAÇÃO:

- A discussão através de apostila despertou uma consciência crítica de forma que levou no processo uma participação ativa com indagações e questionamentos sobre o tema.

4- PARTICIPANTES:

- 01- Estagiárias
- 02- Diretora
- 03- Professores

Edileuda Casuza de Arruda  
Estagiaria de Supervisão Escolar



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
ESTAGIÁRIAS: Antonia Neta Alves Nunes

Maria do Socorro Rangel Dantas

EDACOLTA VII

\*DESAFIO AOS EDUCADORES\*

Um famoso filósofo alemão do século passado, Frederico Nietzsche tece uma crítica radical à civilização ocidental, dizendo que ela educa os homens para desenvolverem apenas o instinto da tartaruga. O que quer dizer isso? A tartaruga é o animal que, diante do perigo, da surpresa, recolhe a cabeça para dentro da sua casca. Anula, assim, todos os seus sentidos e esconde, também na casca, os membros, tentando proteger-se contra o desconhecido. Este é o instinto da tartaruga: defender-se, fechar-se ao mundo, recolher-se para dentro de si mesma e, em consequência, nada ver, nada sentir, nada ouvir, nada ameaçar.

Formar boas tartarugas parece ter sido o objetivo dos processos educacionais e políticos de educação desenvolvidos no mundo ocidental nos últimos anos. Temos educado os homens para aprenderem a ser defenderem contra todas as ameaças externas, sendo apenas reativos.

Ensinamos o espírito da covardia e do medo.

Precisamos assumir o desafio de educar o homem para desenvolver o instinto da águia. A águia é o animal que voa acima das montanhas, que desenvolve seus sentidos e habilidades, que aguça os ouvidos, olhos e competência para ultrapassar os perigos, alcançando vôo acima deles. É capaz, também, de afiar as suas garras pra atacar o inimigo, no momento que julgar oportuno.

As nossas escolas têm procurado fazer com que nossas crianças se recolham para dentro de si e percam a agressividade o instinto próprio do homem corajoso, capaz de vencer o perigo que se lhe apresenta.

✓

Temos criado, neste país, uma geração-tartaruga, uma geração me-  
drosa, recolhida para dentro de si. E estamos todos impregnados a esse es-  
pírito de tartaruga. Não temos coragem para contestar nossos dirigentes,  
para nos opor às suas propostas e criar soluções alternativas. Agimos ape-  
nas de maneira reativa, negativa, covarde.

Temos ensinado às nossas crianças que os nossos instintos são pe-  
caminhosos. A parte mais rica do indivíduo, que é a sua sensibilidade sua  
capacidade de amar e odiar, sua capacidade de se relacionar de maneira eró-  
tica com o mundo, tem sido despresada. Temos ensinado o homem a ser obedi-  
ente, servil, pacífico, incompetente e depositar todas as suas esperanças  
num poder maior ou no fio das tempestades.

Quando ~~ensinamos~~ ensinaremos aos nossos alunos que eles não pre-  
cisam de se esconder diante das ameaças, porque todos nós temos capacidade  
de alçar vôo às alturas, ultrapassando as nuvens carregadas de tempestade  
e perigo? Temos ensinado às nossas crianças a se arrastar como vermes, e  
porque se arrastam como vermes, elas se tornam incapazes de reclamar se  
alguém pisar a cabeça.

Que desejamos, afinal, desenvolver em nós mesmos e nos jovens? O  
instinto da tartaruga ou o espírito das águias?

\*RODRIGUES, Neidson. Lições do Príncipe e outras Lições. 2.ed SP.

Cortez Editora: Autores Associados, 1984, p.110-111

14/04/86.

✓

CARO DIRETOR E PROFESSORES, ESPERAMOS SUAS CONTRIBUIÇÕES AO RESPONDER ESTE QUESTIONÁRIO PARA SUBSIDIAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO TRABALHO.

Questionário elaborado em cima do texto Desafio aos Educadores

- 1º O que focaliza realmente o texto?
- 2º Compare este texto com o ensino atual?
- 3º O texto levou você á aprender alguma coisa?
- 4º Para você qual a importância deste texto?

Respostas:

1. Uma crítica a civilização ocidental onde o sistema educativo anula toda a inteligência e capacidade do homem, desenvolvendo nele apenas o instinto medroso e covarde da tartaruga, que ao menor sinal de perigo de esconde, querendo proteger-se sem ter a coragem de lutar para defender-se.
2. Embora ainda exista sistema dominante, eu não diria que a coisa vai tão mal assim. É notório através dos fatos que as autoridades governamentais querem que formemos a nova geraçãoem este instinto de tartaruga apresentado no texto, essa mas geração já não é tão passiva e acomodada capaz de baixa a cabeça po dizer amém a tudo que lhe ordenam. Também já temos embora muito reduzido um grupo aos alunos essa valorização pessoal e a coragem de lutar pelas direitos.
3. Sim. Esse texto trás para nos professores uma mensagem de alerta para os problemas atuais e para uma reflexão, de maior responsabilidade sobre como forma e informar nossos alunos.



Posicionamento frente ao texto. Desafio aos Educadores.

O estudo retrata e focaliza com totalidade a deficiência castradora no ensino, procurando eliminar em primeiro lugar a consciência crítica de cada aluno, enfatizando realmente o instinto tartaruga que está enserido na mentalidade de cada um, isto é, se escondendo diante dos momentos difíceis ou seja dos perigos com medo de falar sobre o andamento das coisas errôneas. A escola como se sabe não oferece espaço para que o aluno expresse seu sentimento espontaneamente, deixando apenas o mesmo ficar internamente somente dentro de si e nada mais.

PAUTA DE REUNIÃO

ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU PEDRO AMÉRICO

COORDENAÇÃO : ESTAGIÁRIA

1- ASSUNTO: Perspectivas para a Supervisão.

2- OBJETIVOS:

- Mostrar o papel da Supervisão Escolar na educação;
- Despertar a credibilidade na atuação do Supervisor.

3- METODOLOGIA:

- Debatendo e explorando o assunto na proporção da leitura;
- Espaço livre para perguntas e respostas.

4- AVALIAÇÃO:

- A participação foi fundamental no que diz respeito a discussão, pois despertou a busca da melhoria na política educacional.

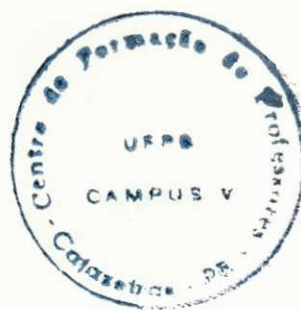
5- PARTICIPANTES:

- 01- Estagiárias
- 02- Diretora
- 03- Professores
- 04- Funcionários

6- BIBLIOGRAFIA:

- STARRATT, Sergiovanni  
Novos Padrões de Supervisão Escolar  
Editora: Universidade de São Paulo

Cajazeiras, 28 de Outubro de 1986.



C O N V I T E

As estagiárias da Escola Estadual de 1º Grau Pe  
dro Américo, convidam os professores e alunos desta referida escola a participarem de um debate sobre a Constituinte que será realizado no dia 10 de Novembro de 1986.

Agradecimentos desde já a sua presença.

Estagiária: Edileuda C. de Arruda  
Supervisão Escolar

Cajazeiras, 07 de Novembro de 1986.

✓  
LISTA DE FREQUÊNCIA

- 1- Rosana Maria Delfino Oliveira
- 2- Teresinha Cortaes Anduola
- 3-
- 4- Francisca Gonçalves Lima
- 5- Julia Fernandes Lauro
- 6-
- 7- Maria Alcione Lima Moreira
- 8- Aldagisa Rodim Félix
- 9-
- 10- Celça Robin de Lima
- 11-
- 12-
- 13-
- 14-
- 15-

✓

P A U T A   D E   R E U N I Ã O

Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo

Coordenação: Supervisoras Estagiárias

1- ASSUNTO: " A CONSTITUINTE "

2- OBJETIVOS:

- Mostrar, a importância da Constituição no nosso País.

- Incentivar o interesse do professor sobre a Constituinte na Educação.

3- METODOLOGIA:

- Explanando o texto

- Discursão em plenária

- Debate livre

4- AVALIAÇÃO:

- Verificação no comparecimento dos discentes, docentes e funcionários, havendo interesse por parte de todos. Contudo os palestrantes conseguiram prender as atenções e captar as mensagens oferecidas pelos participantes.

5- PARTICIPANTES:

01- Estagiárias

02- Professores

03- Funcionários

04- Diretora

6- BIBLIOGRAFIA:

Retirado da Revista MUNDO JOVEM, nº 180, abril, 1986

Laurício Neuman

Cajazeiras, 10 de Novembro de 1986.



# A história das constituições.

Laurício Neumann\*



1824

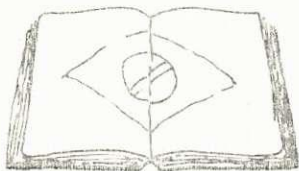
A história nos diz que o Brasil tornou-se independente de Portugal no dia 7 de setembro de 1822. Este fato levou o Brasil a elaborar uma Constituição própria, com leis diferentes das de Portugal, às quais sempre estávamos sujeitos. D. Pedro I convocou, então, eleições para escolher os membros da Assembléia Constituinte. A eleição era indireta e em dois turnos. Todos os brasileiros e portugueses naturalizados podiam votar e ser votados.

Na prática, porém, o voto era censitário, isto é, diferenciava os cidadãos pela posse. Por exemplo: para votar em deputado tinha que comprovar renda anual superior a 100 mil réis, em senador uma renda de 800 mil réis por ano. Este critério excluía a maioria da população de direito ao voto. Participaram da votação apenas 4% da população: os latifundiários e comerciantes.

Devido a conflitos e desentendimentos entre José Bonifácio e D. Pedro I, o imperador, não querendo submeter-se às decisões da constituinte e alegando desordem, resolveu dissolver a Assembléia Constituinte, porque esta não lhe atribuía poderes especiais. Nomeou, então, um grupo de sua confiança para elaborar a Constituição, com participação direta do próprio imperador.

## Algumas características desta Constituição, que representou a vitória do imperador e do "partido português":

1) Poderes especiais ao imperador, como: dissolver a câmara; baixar decretos; nomear senadores; nomear e demitir ministros de Estado; suspender magistrados; aprovar ou suspender as resoluções dos Conselhos Provinciais; perdoar ou moderar as penas impostas pela justiça; conceder anistia; criar um conselho de Estado com membros vitalícios; convocar, adiar e prorrogar Assembléias Gerais. 2) Criação de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Este último, com poderes especiais ao imperador. Além disto, esta Constituição garantiu e previu: o direito de propriedade (sem limites); cargos vitalícios aos senadores; liberdade de pensamento e de imprensa; a religião católica como religião oficial do país (ignorando todas as outras crenças); abolição da tortura e dos açoites e igualdade de todos perante a lei.



1891

Em 1899, os militares e a classe média tomaram o poder, acabaram com o Império (viciado e corrupto) e proclamaram a República ficando o Marechal Deodoro da Fonseca com o governo provisório. Com isso mudou o quadro político, econômico e social do país. Isto exigiu uma nova Constituição, adequada à nova realidade.

O Marechal Deodoro da Fonseca nomeou uma comissão de cinco membros (os notáveis da época), todos juristas ou intelectuais da classe média, sob a presidência de Rui Barbosa, para elaborar um anteprojeto constitucional, como ponto de partida para os debates da

Assembléia Nacional Constituinte, convocada para dezembro de 1890. As eleições para esta constituinte só aconteceram no dia 15 de setembro de 1890. Enquanto isso, o Marechal Deodoro da Fonseca baixou um decreto colocando em vigor o anteprojeto dos cinco notáveis como Constituição Provisória, a qual acabou sendo, mais tarde (1891), a Constituição definitiva.

Neste processo constituinte a maioria da população (97%) ficou fora da escolha dos deputados constituintes. Estavam proibidos de votar as mulheres, os analfabetos, os soldados, os religiosos, os índios, os mendigos e os menores de 21 anos. O voto não era secreto. Por isso é possível imaginar como os "coronéis" da terra e os "barões" do café organizaram as campanhas e controlaram a boca da urna, através do chamado "voto de cabresto" ou "voto de curral". E como o povo não podia participar da eleição, os latifundiários, os comerciantes, os empresários e os oficiais militares se encarregaram de eleger os deputados constituintes do seu interesse. O detalhe maior é que esta Constituição entrou na história como sendo uma Constituição Promulgada, isto é, popular e democrática, fruto de uma Assembléia Nacional Constituinte.

## Algumas características desta Constituição:

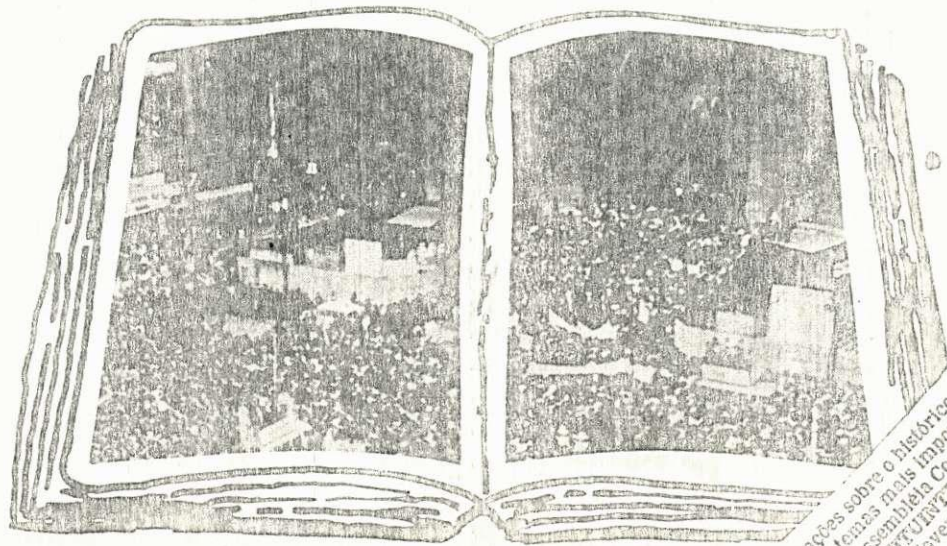
O país foi transformado numa federação, dividido em 20 Estados e governado por um sistema presidencialista; o presidente é eleito pelo voto direto, menos o primeiro, que foi escolhido pela Assembléia Nacional Constituinte, com mandato de quatro anos, sem direito de reeleição; acabou o voto censitário. Com isto todo cidadão pôde votar e ser votado sem restrições de renda; as mulheres, os analfabetos, soldados, religiosos, índios e mendigos e menores de 21 anos continuavam sem o direito de votar e ser votado; o mandato dos deputados foi fixado em três e o dos senadores em nove anos; direito absoluto à propriedade; foi criado o Supremo Tribunal Federal; a religião católica deixou de ser a religião oficial e o ensino público passou a ser não religioso; os Estados têm autonomia para fazer suas próprias leis, eleger seus governadores, fazer empréstimos no exterior, decretar impostos e ter à sua disposição as forças militares para a segurança; o presidente da república tem to-

dos os poderes para intervir nos Estados e caso de movimento de separação (independência dos Estados), conflito entre Estado e invasão estrangeira. Além disso, pode vetar projetos de lei, nomear ministros, juizes embaixadores; direito de reunião, liberdade de pensamento, imprensa sem censura, sigilo de correspondência e "habeas corpus" (que permite apenas ao juiz relaxar o pedido de prisão de uma pessoa, quando não for flagrante).

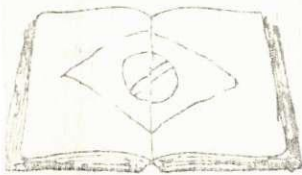
Como vimos, esta Constituição acabou com o Império e o poder absoluto e autoritário dos imperadores. Introduziu a República com poder presidencialista. Teoricamente, uma grande mudança. Na prática, pouco ou quase nada mudou, pois disfarçadamente uma outra oligarquia, isto é, um outro grupo de burgueses latifundiários, comerciantes, empresários e oficiais militares se instalaram no poder e começaram a mandar. E o povo da República continuou sendo o mesmo povo espectador, marginalizado e sacrificado do Império, com seus movimentos reprimidos e canais de organização destruídos.

Esta Constituição de 1891 é um exemplo claro disso, assim como os trabalhadores não participaram da escolha dos constituintes, da mesma forma os trabalhadores foram esquecidos na Constituição. Há vista que a Constituição não se refere aos direitos sociais dos trabalhadores.

O início do século se caracterizou por um acelerado crescimento industrial nos grandes centros urbanos. Como consequência, aumentava rápida e desordenadamente a população urbana com todos os seus problemas sociais e sanitários. Se agravaram os movimentos de rebeldia, exigindo reformas econômicas e sociais. Surgiram as greves, inclusive a primeira greve geral do país (1917), reivindicando melhores condições de trabalho e melhores salários, que há 10 anos não eram reajustados. Paralisaram as fábricas, os molinos, as ferrovias e os bondes. Houve saques a armazéns, padarias e caminhões, à procura de alimentos. Inclusive já se falava em derrubar o sistema capitalista e implantar o socialismo. O movimento dos trabalhadores foi violentamente reprimido e tratado como "caso de polícia", pois no entender das autoridades, estava provocando a desordem social.



Para mais informações sobre o histórico das eleições e alguns temas mais importantes adotados pela Assembléia Nacional Constituinte, veja: COLEÇÃO "Mundo Jovem".



1934  
VARGAS

Como consequência da industrialização, cresceu a organização da classe operária, e também cresceu a força dos patrões das fábricas que, aos poucos, abalaram o domínio dos coronéis do campo.

Os industriais, com seu discurso bonito, conseguiram conversar os operários que votaram a rebelião que se chamou "Revolução de 30", através da qual a burguesia industrial tirou o poder das mãos da oligarquia rural. Em outras palavras, a cidade derrotou o campo.

Getúlio Vargas, representando os interesses da indústria e do comércio, assumiu provisoriamente o poder. Este, imediatamente, chamou o Congresso e terminou com os partidos políticos. Em lugar deles, nomeou conselheiros técnicos que passaram a responder pelos diversos ramos da economia. Em todos os Estados foram nomeados interventores federais.

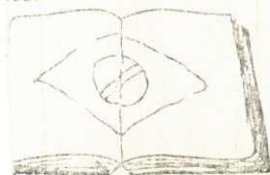
Em maio de 1933, Getúlio Vargas convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Apesar do voto ser secreto, o resultado das eleições mostrou a força do poder econômico: "dos 254 deputados constituintes eleitos, 214 representavam os interesses dos industriais, comerciantes, proprietários de terra, em pequena escala, o movimento tenente. A novidade foi a participação de 40 deputados eleitos por sindicatos e associações de trabalhadores" (A Constituição e os trabalhadores, Diocese, Educação Sindical I, 25).

A maioria destes deputados eram mineiros,elistas, baianos e gaúchos conservadores, e reforçaram o poder de Getúlio Vargas, afirmando-o presidente da República após a conclusão dos trabalhos da Constituinte, em 4 de maio de 1934.

#### Algumas características desta Constituição.

Dois pontos marcaram esta constituição: a organização da expansão industrial e a organização social através dos benefícios sociais concedidos aos trabalhadores: 1) quanto à industrialização: direito do governo de estatizar as indústrias por motivo de interesse público; nacionalização progressiva dos bancos e empresas de seguro; controle nacional sobre as fontes energéticas e empresas de exploração mineral. 2) quanto à organização social: o salário mínimo capaz de satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores, segundo as condições de cada região; jornada diária de oito horas de trabalho; uso remunerado; férias remuneradas; indenização ao ser despedido do trabalho sem justa causa; reconhecimento dos sindicatos e relações profissionais; justiça do trabalho; justiça eleitoral; proibição da diferença de salário para o mesmo trabalho; assistência médica, dentária e previdência social e garantia de estabilidade de emprego.

Discutivelmente, esta Constituição, de caráter bastante liberal, assegurou uma série de direitos sociais aos trabalhadores, antes desprezados. Porém, contraditoriamente, trouxe a livre e autônoma organização dos trabalhadores através de sindicatos e associações.



1937  
VARGAS

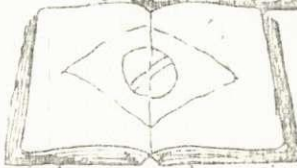
regime social democrata implantado no

Brasil com a Constituição de 1934 não encontrou ambiente favorável para se manter por muito tempo. Com o crescimento da organização dos trabalhadores, os privilégios da burguesia começaram a estremecer. Com o golpe de Estado (1937), Vargas instala definitivamente a ditadura no país, ou, como disfarçadamente foi chamado, o Estado Novo.

Sem consultar o povo, nem o Congresso e os partidos políticos e sem convocar uma Assembleia Constituinte, Vargas, autoritariamente, nomeou uma única pessoa, o jurista Francisco Campos, para fazer a nova Constituição, inspirando-se na Constituição da Polônia (antes desta se integrada no bloco socialista), bem fascista, que passou a chamar-se "polaca". Esta Constituição foi decretada no dia 19 de novembro de 1937.

#### Algumas características desta

Constituição: o Estado se auto-intitula de bem comum de todos os cidadãos; o poder Executivo passa a ter poderes sobre o Legislativo e o Judiciário; o presidente tem poder de legislar por decretos-leis; rígida censura à imprensa, ao cinema e ao rádio; pena de morte para os crimes contra o Estado; os sindicatos passaram a ser controlados pelo Estado; as greves foram proibidas; para os trabalhadores foi mantido o salário mínimo, a previdência social e a jornada de oito horas de trabalho.

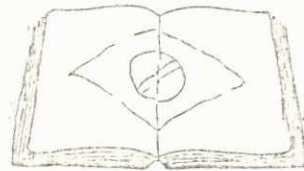


1946  
VARGAS

As forças armadas, apoiadas pelos defensores da iniciativa privada, como os fazendeiros, empresários e comerciantes, derrubaram Getúlio Vargas do poder no dia 29 de outubro de 1945. O ministro José Linhares, do Supremo Tribunal Federal, assumiu provisoriamente o poder e convocou eleições para a presidência da República, o Congresso e a Assembleia Constituinte, no dia 2 de dezembro de 1945. Foram eleitos 320 deputados e senadores constituintes, a grande maioria vindos dos quadros burgueses, da classe dominante. Esta Constituição inevitavelmente seria mais favorável ao capital do que ao trabalho.

#### Algumas características desta Constituição:

manutenção do regime Republicano Federativo presidencial; autonomia dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; limitação da autonomia e do poder dos Estados e municípios, e centralização do poder e das decisões no governo federal; eleições diretas para todos os cargos; voto secreto e universal, mas sem a participação dos analfabetos, soldados, religiosos, índios e mendigos; preservação da estrutura da propriedade da terra; estabilidade de emprego e assistência aos desempregados; salário mínimo e salário igual para trabalhos iguais; participação nos lucros das empresas (que não foi regulamentado); direito a greve (com os sindicatos amarrados e controlados pelo Estado); educação como direito de todos; ensino primário obrigatório e gratuito; ensino gratuito para todos os outros níveis quando comprovada insuficiência de recursos.



1967  
VARGAS

Apesar das dificuldades e do controle, as organizações reivindicativas dos movimentos populares e sindical encontram eco no presidente João Goulart, que assumiu em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros. Os militares que vieram nos movimentos populares e sindical intenções comunistas que poderiam abalar a estrutura de poder e do capital, aproveitaram a situação para aplicar o golpe de Estado, no dia 31 de março de 1964. O General Castelo Branco assumiu o poder em nome das Forças Armadas. O "Comando Supremo da Revolução" baixou o Ato Institucional nº 1, que, entre outras medidas, fechou o Congresso e atribuiu aos militares o poder de fazer uma nova Constituição. Por isso, em 1966, o general Castelo Branco encomendou ao ministro da justiça, Carlos Medeiros Silva, uma nova Constituição.

#### Algumas características desta Constituição.

O Comando Supremo da Revolução não precisa submeter-se à justiça comum; os Tribunais militares têm direitos de julgar os civis; atribui ao Executivo o poder de legislar por decretos-leis; estabelece eleições indiretas para Presidente da República; foi mantido o "habeas corpus" e o mandato de segurança; foi extinto o direito de greve e a liberdade partidária; os sindicatos continuaram atrelados ao Estado.

Após Castelo Branco, assumiu o poder o General Costa e Silva que decretou o Ato Institucional nº 5 (13/12/68), que instalou o terrorismo de Estado no Brasil. Em 1969, com a morte de Costa e Silva, aconteceu um novo golpe dentro do golpe, pois os militares impediram que o vice-presidente, Pedro Aleixo, que era civil, assumisse o poder. As Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) tomaram o poder e, em 17 de outubro de 1969, decretaram a Emenda Constitucional nº 1, através da qual juntaram todos os Atos Institucionais à Constituição de 1967. Na prática estava-se decretando uma nova Constituição que oficializou o arbítrio do regime militar no Brasil.

A discussão sobre a constituinte já começou em 1977, quando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) liderou o movimento em favor do ordenamento jurídico-institucional do país. Porém, no governo do presidente João Batista Figueiredo (1979/85) surgiram outras questões, como a reformulação partidária em 1978, a lei da anistia restrita para os presos políticos em 1979, as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1980, a mudança da lei da Segurança Nacional, as eleições diretas para governadores em 1982, a campanha nacional pelas eleições diretas em 1984. Com isto, a questão da constituinte foi um tanto desviada, abafada e deixada em segundo plano. O movimento ressurgiu com todo o vigor em fins de 84 e 85 através do programa eleitoral de Tancredo Neves que prometia a Constituinte para legislar a Nova República.

Com a aprovação da Emenda constitucional pelo congresso, a Assembleia Nacional Constituinte se reunirá no dia 1º de fevereiro de 1987, com constituintes eleitos em 15 de novembro de 1986.

\* Laurício Neumann é professor das disciplinas de Estado de Problemas Brasileiros, na PUCRS, e Humanismo e Tecnologia, na UNISINOS, São Leopoldo, RS.

LISTA DE FREQUÊNCIA



01. Adalgiza Rolim Félix
02. Julia Fernandes Sacada
03. Teresinha Cartuxo Anchiola
04. Delvina de Oliveira
05. Betta Rolim de Lima
06. Rozana Maria Delfino Oliveira
07. Maria Alcione Lima Moreira
08. Francisca Goncalves Lima
09. Socorro Campos
10. Maria Lúcia Holanda Moreira

✓  
D E B A T E

S O B R E      H I G I E N E



LOCAL - Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo.

DATA - 18 de Novembro de 1986.

HORA - 15:00 hs.

P A U T A

1- OBJETIVO:

- Discutir sobre a higiene corporal, alimentar e na casa.

2- METODOLOGIA:

- Conversando informalmente sobre o assunto.
- Explicação da importância higiênica com nossa saúde.
- Explicação sobre as doenças que a falta de higiene acarreta.

3- AVALIAÇÃO:

- Movimentação da turma onde gere clima de interesse e participação através de perguntas e indagações pertinentes do assunto.

4- PARTICIPANTES:

- 01- Estagiárias
- 02- Professores
- 03- Alunos

Edileuda Casuza de Arruda  
Estagiaria de Supervisão Escolar



IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 1986.2

Objetivos	Operacionalização	Cronograma/1986											
		Setembro				Outubro				Novembro			
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
Reconhecer a realidade do ensino docente através de observações de aulas.	Observação no planejamento da aula, desempenho do professor no domínio do conteúdo trabalhando, relacionamento professor e aluno, metodologia, existência e uso de livro texto e alunos problemáticos em sala de aula, nível aprendizagem, preocupação em avaliar a aprendizagem dos alunos.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Aplicar atividades coerentes voltada ao aluno por meio de atuação como professor.	Planos de aulas coerentes baseado na realidade do aluno; usando metodologia clara especificando em primeiro lugar a leitura através de técnicas, jogos leitura envolvendo totalmente o aspecto do ler.												
Promover atividades ligada a educação com atuação como especialista (Supervisão Escolar).	Realização de atividades englobando toda clientela da escola como também da comunidade, através de reuniões, estudo de texto, debates do mesmo questionário, análise do plano do professor.												

LEGENDA: X = Atividade realizada não planejada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
 CURSO: PEDAGOGIA. PERÍODO: VII  
 DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SUPERVISÃO ESCOLAR  
 PROFESSOR ORIENTADOR: Elisabete Galbato Duarte



FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR

Escola: Escola Estadual de S: João Pedro Américo

Diretora: Edna Marilôwa Cortez

Supervisora:

Estagiária: Adilene Caraga de Almeida

DATA	HORA		Atividade(s) Realizada(s)	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
16/10/86	13:00hs	17:00hs	Observações dos planos fiscentes (ensino)	Elisabete	Atélix
17/10/86	13:00hs	17:00hs	Observações dos planos de ensino	Elisabete	Atélix
20/10/86	13:00hs	17:00hs	Observações dos planos de ensino	Elisabete	Atélix
21/10/86	13:00hs	17:00hs	Aplicação de questionário aos docentes	Elisabete	Atélix
23/10/86	13:00hs	17:00hs	Análise dos planos de ensino fiscente	Elisabete	Atélix
24/10/86	13:00hs	17:00hs	Análise dos questionários aplicados aos docentes e fabricados dos mesmos.	Elisabete	Atélix
27/10/86	13:00hs	17:00hs	Debate sobre o projeto GERES I Grupo Executivo de Recuperação ENS. SUPERIOR	Elisabete	Atélix
28/10/86	13:00hs	17:00hs	Debate sobre o projeto DERAFI aos Educadores	Elisabete	Atélix
30/10/86	13:00hs	17:00hs	Funcionamento do projeto DERAFI aos Educadores	Elisabete	Atélix

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS

CURSO: PEDAGOGIA, PERÍODO: VII

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SUPERVISÃO ESCOLAR

PROFESSOR ORIENTADOR: Elizabeth Galbenta Junior



FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR

Escola: Gr. Estadual de 1.ª Fase Pedro Américo

Diretora: Edna Maranhão Coutinho

Supervisora: \_\_\_\_\_

Estagiária: Editeuta Caruso de Araújo

DATA	HORA		Atividade(s) Realizada(s)	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
31/10/86	13:00hs	17:00hs	Afiação de questionário sobre o setor relativo aos Educadores (docentes)	<i>E. Galbenta</i>	<i>R. Beliz</i>
02/11/86	13:00hs	17:00hs	Elaborações de convite para reuniões, e Pautas da mesma	<i>E. Galbenta</i>	<i>R. Beliz</i>
04/11/86	13:00hs	17:00hs	Reuniões sobre assunto atual como: A CONSTITUINTE	<i>E. Galbenta</i>	<i>R. Beliz</i>
07/11/86	13:00hs	17:00hs	Debate com a turma de Pré-Escolar e 1ª série, sobre higiene	<i>E. Galbenta</i>	<i>R. Beliz</i>
10/11/86	13:00hs	17:00hs	Elaborações da implementação do plano de ação	<i>E. Galbenta</i>	<i>R. Beliz</i>
11/11/86	13:00hs	17:00hs	Conversa informal com pais de alunos sobre a educação	<i>E. Galbenta</i>	<i>R. Beliz</i>
14/11/86	13:00hs	17:00hs	Debate sobre a perspectiva para a supervisão.	<i>E. Galbenta</i>	<i>R. Beliz</i>
18/11/86	13:00hs	17:00hs	Análise do organograma e continuidade da conversa com pais de alunos	<i>E. Galbenta</i>	<i>R. Beliz</i>
	13:00hs				<i>R. Beliz</i>